

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**AS DESIGUALDADES ECONÔMICAS REGIONAIS E O
SETOR AGROPECUÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Inajara Martins Batista

Santa Maria, RS, Brasil

2006

AS DESIGUALDADES ECONÔMICAS REGIONAIS E O SETOR AGROPECUÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL

por

Inajara Martins Batista

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Área de Concentração Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural.**

Orientador: Prof. Vicente Celestino Pires Silveira, PhD

Santa Maria, RS, Brasil

2006

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Pós Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**AS DESIGUALDADES ECONÔMICAS REGIONAIS E O SETOR
AGROPECUÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL**

elaborada por
Inajara Martins Batista

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Vicente Celestino Pires Silveira, PhD.
(Presidente/Orientador)

Adayr da Silva Ilha, Dr. (UFSM)

Pedro Selvino Neumann, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 03 de fevereiro de 2006.

“Quando nada parece dar certo, vou ver o cortador de pedras martelando sua rocha talvez 100 vezes, sem que uma única rachadura apareça. Mas na centésima primeira martelada a pedra se abre em duas, e eu sei que não foi aquela que conseguiu isso, mas todas as que vieram antes”.

(J. Rüss)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, inicialmente, a Deus, pelo dom da vida e por ter me guiado nesta caminhada. Nada seria possível sem Ele.

A Universidade Federal de Santa Maria e ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, pela oportunidade de adquirir meios para esta qualificação.

Ao Professor Vicente, pela orientação, amizade e inspiração. Pelo apoio em todas as horas e por ser um exemplo de ser humano, professor e orientador.

Aos meus pais, por me mostrarem o caminho.

A minha mãe, Zilda, por percorrê-lo comigo. Pela paciência, amor e dedicação sempre.

Ao meu noivo, Rogerson, pelo incentivo, amor, paciência e compreensão em todas as horas.

Ao Professor Marcelino, Professora Vivien e Gustavo pelo apoio, amizade, incentivo e exemplo.

À Zelinda, Nara, Neri, Eva, Vinícius e Fernando pelo apoio nas horas difíceis.

Aos colegas Everton, Joseline, Ana Luísa, Nádia, Carlos, Maurício e Juliano, por serem companheiros em todos os momentos deste percurso.

Aos amigos Flamarion, Jeferson, Nara e Norberto pela amizade e auxílio nas dificuldades.

Aos Professores Adayr Ilha e Pedro Neumann pelas colaborações a este trabalho.

Àqueles que, de alguma maneira colaboraram para que este caminho fosse percorrido e este trabalho pudesse ser elaborado.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

AS DESIGUALDADES ECONÔMICAS REGIONAIS E O SETOR AGROPECUÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL

AUTORA: INAJARA MARTINS BATISTA

ORIENTADOR: VICENTE CELESTINO PIRES SILVEIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 03 de fevereiro de 2006.

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, o Rio Grande do Sul apresenta uma realidade bastante particular, quando considera-se o Estado dividido em duas regiões, Metade Sul e Norte. A Metade Sul, que antes detinha o poder econômico acaba, a partir da metade século XX, por entrar em um período de estagnação econômica que persiste até os dias atuais. A Metade Norte, por sua vez, passa de condição de “atrasada” para a Região economicamente mais desenvolvida do Estado. Este processo teve continuidade na medida em que se observa a concentração econômica em uma área da Metade Norte, definido por Alonso et al (1994) como Região Nordeste. Assim considera-se no presente trabalho o Estado dividido em três Regiões: Nordeste, Norte e Sul. Vários fatores contribuíram para essa condição de concentração econômica, porém destaca-se o processo de ocupação, de urbanização e industrialização do Estado. A importância do Setor Agropecuário para Rio Grande do Sul é amplamente reconhecida e as desigualdades regionais, à medida que se acentuam, atingem diretamente as atividades deste setor. A Região Nordeste, com apenas 8,98% da área, representa 53,44% do PIB Total e participa com 15,53% do VAB da Agropecuária do Estado. Porém, em termos monetários por área a participação da Região é superior as Regiões Sul e Norte, as quais participam em uma área de 86,45% com 84,47% do VAB da agropecuária estadual. A Região Nordeste apresenta algumas vantagens sobre as demais Regiões, onde destaca-se a estrutura do mercado consumidor, com maior poder aquisitivo. Também o fato das atividades agropecuárias desenvolvidas serem mais dinâmicas, além das oportunidades para industrialização e comercialização, diferentemente das Regiões Sul e Norte. A partir desta análise, verifica-se a importância do estudo da dinâmica deste processo, a fim de que sejam elaboradas políticas eficientes de modo que sejam minimizados os efeitos das desigualdades econômicas regionais sobre o Setor Agropecuário do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Desigualdades Regionais, Setor Agropecuário, Produto Interno Bruto, Valor Adicionado Bruto da agropecuária.

ABSTRACT

Dissertation of Master degree
Post-graduation in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

REGIONAL ECONOMIC DISPARITY AND THE AGRICULTURAL SECTOR IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

AUTHOR: INAJARA MARTINS BATISTA

ADVISER: VICENTE CELESTINO PIRES SILVEIRA

Date and defense's place: Santa Maria, February 3th, 2006.

From the viewpoint of economic development, the state of Rio Grande do Sul presents a particularly special kind of peculiarity, when taking into account the state divided into two regions: North and South. The Southern half, which used to have the state's economical power, began a process of economical stagnation in the midst of the XX century, which persists until today. The Northern half, which used to have the least economical power, is now considered the state's most economically developed region. This process has had continuity due to the economical concentration that can be observed in a certain region of the Northern half, referred to by Alonso et al. (1994) as the Northeastern region. Thus, this work considers the state of Rio Grande do Sul divided into three regions: Northeastern, Northern and Southern regions. Many factors have contributed to this economical condition, but it is prominently due to the processes of occupation, urbanization and industrialization. The importance of the agricultural sector in the state of Rio Grande do Sul is known; it is also known that these regional disparities, as they become increasingly accentuated, have a direct effect on the activities performed by this sector. The North-eastern Region, which's size corresponds to only 8.98% of the total area of the state, represents 53.44% of the state Gross National Product (GNP) and 15.53% of the Gross Agricultural Value (GAV). However, in economic values per area, the region contributes more than the Southern and Northern regions – which correspond to approximately 87% of the state area – contribute to 84.47% to the state's GAV. The Northern Region perceivably presents some advantages over the other two regions, being that there is a better-structured consumer market, with higher acquisitive power; the agricultural activities performed are more dynamic and there are better opportunities for industrialization and commerce – which differs outstandingly from the Southern and Northern regions. From this analysis, the importance of the study of the dynamics of this process can be verified, so that other efficient policies can be elaborated in order to minimize the effects of regional economical disparities on the Agricultural sector of Rio Grande do Sul state.

Key words: Regional disparities, Agricultural sector, Gross national product, Gross agricultural value.

LISTA DE TABELAS

- TABELA 1- Participação percentual das Regiões na população total do Rio Grande do Sul no período de 1920 a 2002p 34
- TABELA 2- Participação percentual das Regiões na população urbana total do Rio Grande do Sul no período de 1920 a 2002.....p 36
- TABELA 3- Participação percentual das Regiões na população rural total do Rio Grande do Sul no período de 1920 a 2002.....p 38
- TABELA 4- Participação percentual da população rural e urbana nas Regiões do Rio Grande do Sulp 39
- TABELA 5- Participação percentual do PIB das Regiões no total do Rio Grande do Sul.....p 41
- TABELA 6- Área, PIB Total e PIB por área das Regiões do Rio Grande do Sul.....p 41
- TABELA 7- Participação percentual do VAB da Agropecuária das Regiões no total do Rio Grande do Sul.....p 46
- TABELA 8- Contribuição econômica percentual do VAB da Agropecuária por área das Regiões do Rio Grande do Sul.....p 47

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1 - Regiões do Rio Grande do Sul baseado na divisão elaborada por Alonso et al (1994).....p 29
- GRÁFICO 1 - População residente do Rio Grande do Sul entre 1920 e 2002.....p 33
- GRÁFICO 2 - População urbana das regiões e do RS no período de 1920 a 2002..... p 37
- FIGURA 2 - Mapa do PIB Total por município do Estado do Rio Grande do Sul
.....p 42
- FIGURA 3 - Mapa do PIB por Área por município do Estado do Rio Grande do Sul.....p 43
- FIGURA 4 – Mapa do VAB Total por município do Estado do Rio Grande do Sul
.....p 44
- FIGURA 5 - Mapa do VAB por Área por município do Estado do Rio Grande do Sul.....p 45

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEC- Áreas Estatisticamente Comparáveis

FEE- Fundação Gaúcha de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PIB- Produto Interno Bruto

RS- Rio Grande do Sul

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SPRING- Sistema de Processamento de Informações Georeferenciadas

VAB- Valor Adicionado Bruto

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - Mapa do Brasil e Rio Grande do Sul.

ANEXO 2 - Metodologia da divisão estadual de Alonso et al (1994).

ANEXO 3 - Municípios que compõem as Regiões do Estado.

ANEXO 4 - Tabela do número total de municípios nas Regiões do Rio Grande do Sul.

ANEXO 5 - Mapa da produção média de soja dos municípios do RS entre os anos de 2001 e 2003.

ANEXO 6 - Mapa do número do efetivo médio de bovinos dos municípios do RS entre os anos de 2001 e 2003.

ANEXO 7 - Mapa do número do efetivo médio de aves dos municípios do RS entre os anos de 2001 e 2003.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p 13
1. CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO	p 16
1.1. Objetivos	p 16
1.1.1. Objetivo geral.....	p 16
1.1.2. Objetivos específicos.....	p 16
1.2. Metodologia	p 17
1.2.1. Local do Estudo.....	p 18
1.2.2. Variáveis.....	p 19
1.2.3. Fonte dos Dados... ..	p 20
1.2.4. Análise dos dados.... ..	p 20
2. RESGATE HISTÓRICO	p 21
2.1. Formas de Ocupação do Rio Grande do Sul	p 21
2.2. O processo de Urbanização e Industrialização	p 25
2.3. Divisão Regional	p 27
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	p 32
3.1. Participação populacional e as desigualdades regionais	p 32
3.1.1. Participação populacional das Regiões no Rio Grande do Sul.....	p 33
3.1.2. População dentro de Regiões.....	p 38
3.2. Participação econômica e as desigualdades regionais	p 40
3.2.1. Participação do PIB e VAB das Regiões no Rio Grande do Sul.....	p 40
3.2.2. Participação do VAB das Regiões no Rio Grande do Sul.....	p 46
3.3. As desigualdades regionais e o Setor Agropecuário	p 48
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	p 55
5. BIBLIOGRAFIA	p 58
6. ANEXOS	p 61

INTRODUÇÃO

Ao analisar as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul, várias divisões podem ser consideradas, onde cada uma segue parâmetros que venham a atingir o propósito da análise (ou do estudo) em questão. Nesse sentido, durante muito tempo se considerou, e ainda se considera, a divisão do Estado em dois pólos: a Metade Sul e a Metade Norte.

A Metade Sul, durante muitos anos, manteve-se como a principal Região econômica do Estado, concentrando o maior Produto Interno Bruto e sendo a principal representante do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, além de concentrar a maior população do Estado. Com a economia baseada principalmente na pecuária de corte e, posteriormente na lavoura de arroz, sempre teve as alternativas de desenvolvimento embasadas no fortalecimento do Setor Agropecuário. Mesmo quando as indústrias começam a surgir na Região, as mesmas tinham na agropecuária sua formação básica. Essa característica fez com que a Metade Sul não acompanhasse o processo de desenvolvimento que foi ocorrendo na Metade Norte. Inicia-se, então, uma preocupação com a perda da participação econômica a nível estadual enfrentado pela Região, que hoje encontra-se em processo de estagnação econômica.

A Metade Norte, por sua vez, tinha menor importância econômica, detendo a menor parcela da população do Estado e tendo a economia baseada na agricultura. Aos poucos, a produção agrícola diversificada foi competindo em espaço físico com a monocultura impressa pelas lavouras de grãos, principalmente soja e trigo. A medida que ocorre o fortalecimento do comércio e indústria no nordeste do Estado, uma grande parcela da população se desloca para essa área, na busca de oportunidades de emprego e renda. Concomitante à concentração populacional e industrial, ocorre também uma concentração econômica nessa área, que passa a

obter características próprias de desenvolvimento, baseada principalmente na indústria.

Começa-se, no entanto, a haver um questionamento se esta área industrializada poderia ser considerada como parte da Metade Norte, uma vez que apresenta características bem diferenciadas. Ao analisar a Metade Norte como uma Região apenas, desconsidera-se todo um processo que vem ocorrendo no Rio Grande do Sul há dois séculos, relativo a migração da população para as áreas mais industrializadas e a concentração econômica numa parte desta Metade, a Região Nordeste¹.

Com a preocupação em torno da estagnação econômica da Metade Sul começa uma discussão no meio acadêmico e político sobre a necessidade de políticas de desenvolvimento que venham a solucionar essa questão. De acordo com a Secretaria de Coordenação e Planejamento (1999),

O modelo de desenvolvimento implementado ao longo dos anos no Rio Grande do Sul tem ampliado as desigualdades regionais que se caracterizam pela concentração em grau cada vez maior da população e da renda em algumas áreas, enquanto que em outras agravam-se os problemas estruturais da economia gerando perdas populacionais, empobrecimento e perda da qualidade de vida.

Sabe-se, no entanto, que esse desenvolvimento econômico se deu de forma desigual, fazendo com que o Estado apresente acentuadas desigualdades econômicas regionais.

Entende-se que as desigualdades regionais, a medida que se acentuam, influenciam diretamente os setores econômicos das Regiões, principalmente o agropecuário, o qual está intimamente relacionado com a dinâmica econômica regional. Este fato é preocupante considerando a importância histórica que este setor tem no Rio Grande do Sul, não somente pelo aspecto econômico, mas pelo cunho social e cultural que a agropecuária representa.

Identificado pelo apego à terra e aos animais, o povo gaúcho teve sua história moldada entre conflitos e disputas pela aquisição ou manutenção da terra, além de lutas por melhores condições ao desenvolvimento das atividades pecuárias

¹ Para o presente trabalho considera-se a divisão regional proposta por Alonso et al (1994), a qual considera o Estado dividido em três Regiões: Nordeste, Norte e Sul.

e agrícolas. Economicamente este setor foi o principal responsável pelo fato de o Rio Grande do Sul estar entre os principais Estados brasileiros.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto que as desigualdades econômicas regionais estão se acentuando no Estado, e que o Setor Agropecuário é influenciado por elas. No Capítulo 2 – Resgate Histórico - é descrito, a partir de uma análise do processo de ocupação e concentração populacional e industrial no Estado, a divisão do Rio Grande do Sul em três Regiões: Nordeste, Norte e Sul. Após, são apresentados, no Capítulo 3, os resultados e as discussões do estudo, baseados nos quais são apresentadas algumas considerações sobre o assunto (Capítulo 4).

Portanto, pretende-se com este trabalho, reunir informações que auxiliem na elaboração de políticas de desenvolvimento que considerem as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul e seu impacto no Setor Agropecuário, partindo da hipótese de que o setor agropecuário recebe influência das desigualdades econômicas regionais.

1. CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo geral

Analisar através de uma abordagem territorial e econômica o impacto das desigualdades regionais no setor agropecuário do Rio Grande do Sul.

1.1.2. Objetivos específicos

- Abordar a partir de um resgate histórico, o processo de ocupação do Rio Grande do Sul, com ênfase na estrutura produtiva agropecuária e no processo de concentração econômica e populacional do Estado;
- Atualizar, a partir da delimitação das três regiões de desenvolvimento do Rio Grande do Sul descritas por Alonso et al (1994), os municípios que as compõem atualmente;
- Analisar, a partir do Produto Interno Bruto e do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária e Indústria, a dinâmica econômica regional no Rio Grande do Sul;
- Avaliar a influência das desigualdades econômicas regionais no setor agropecuário do Estado.

1.2. METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou-se da pesquisa descritiva, a qual busca observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. De acordo com Cervo e Bervian (2002), a pesquisa descritiva busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se a forma do estudo descritivo, onde busca-se, de acordo com Cervo e Bervian (2002), a descrição das características, propriedade ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada, onde

(...) os estudos descritivos, assim como os exploratórios, favorecem, na pesquisa mais ampla e completa, as tarefas da formulação clara do problema e da hipótese como tentativa de solução.

Seguiu-se, para tanto, as seguintes etapas: Inicialmente foi feita uma revisão teórica do processo de ocupação do Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que o processo de colonização e distribuição de terras do Estado imprimiram a este uma característica bastante particular no que diz respeito ao modo de vida e desenvolvimento das atividades agropecuárias. Dentro desta revisão, buscou-se analisar o processo de distribuição populacional e da indústria, para melhor compreensão acerca das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul.

Num segundo momento trabalhou-se com a divisão regional proposta por Alonso et al (1994), onde foi feita a atualização do número de municípios emancipados a partir de 1993 no Estado, a fim de manter o rigor metodológico do trabalho, de acordo com a sugestão dos autores.

A terceira etapa constituiu-se da coleta e análise das variáveis obtidas através da Fundação Gaúcha de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde os dados foram analisados. A quarta etapa foi a descrição dos resultados e a transformação destes em tabelas, gráficos e mapas pelos programas Microsoft Excel versão 2003 (Microsoft, 2003) e SPRING versão 4.1.1. (INPE, 2004).

1.2.1. Local do estudo

O Estado do Rio Grande do Sul (anexo 1) localiza-se no extremo sul do Brasil e representa pouco mais de 3% do território brasileiro (281.748,538 Km²). É composto por 497 municípios, os quais abrigam 6% da população do país e geram um PIB de 31 bilhões de dólares, o quarto maior do Brasil (IBGE, 2005). No entanto, essa distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) não se dá de forma igualitária entre as regiões do Estado. Existem, ao contrário, áreas com grande concentração econômica enquanto outras passam por um processo de estagnação ou mesmo de descapitalização, fazendo com que ocorram acentuadas desigualdades econômicas regionais no Estado.

Para trabalhar com essas desigualdades no Rio Grande do Sul, e verificar sua influência no setor produtivo agropecuário do Estado, partiu-se da divisão proposta por Alonso et al (1994). De acordo com os autores, “a noção de região tem sido tema de um amplo debate teórico, no qual uma grande variedade de conceitos é discutida por outros filiados e há diversas escolas de pensamento”.

Para o desenvolvimento da divisão regional, visando estudar os “padrões de crescimento econômico regional em um prazo bastante longo”, Alonso et al (1994), adotaram um procedimento centrado em três etapas (anexo 2):

1- A primeira foi a definição do que se chamou Áreas Estatisticamente Comparáveis (AEC), com a finalidade de assegurar uma adequada comparabilidade, ao longo do tempo das variáveis escolhidas.

2- A segunda etapa consistiu na elaboração de uma divisão regional auxiliar, baseados em outros estudos já existentes para o Rio Grande do Sul e julgados relevantes como apoio para este tipo de trabalho, com o objetivo de obter conjuntos regionais que apresentassem certo grau de homogeneidade sócio-econômica.

3- A última etapa, baseada na combinação dos resultados das duas anteriores, consistiu no delineamento de uma divisão regional definitiva, que pudesse ser utilizada no trabalho de análise do crescimento regional.

Feito isso, chegou-se a três regiões: Nordeste, Norte e Sul². Na ocasião em que a divisão foi elaborada, o Rio Grande do Sul era composto de 333 municípios. Portanto existe a necessidade de atualizar os municípios por região, uma vez que

² As regiões serão descritas e apresentadas na forma de mapa no Capítulo 2 – Resgate Histórico.

hoje o Estado se constitui de 497 municípios. A partir dos dados da FEE, relativos a data de emancipação e município(s) de origem, estipulou-se a localização dentro das Regiões Nordeste, Norte e Sul (anexo 3).

A primeira compreende a Região Metropolitana de Porto Alegre, estendendo-se até Caxias do Sul e algumas áreas no seu entorno, sendo composta hoje por 105 municípios. A Norte, formada basicamente pelo Planalto e Campos de Cima da Serra possui 300 municípios. A Sul, maior em área, mas com o menor número de municípios, 92, abrange as Missões e a “Metade Sul” do Estado.

Com a atualização das regiões, buscou-se analisar, a partir do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária e Indústria, a dinâmica econômica regional no Rio Grande do Sul, a fim de avaliar a influência das desigualdades econômicas regionais no setor agropecuário do Estado.

1.2.2. Variáveis

Os dados relativos a área, população total, urbana e rural foram analisados por município e, num segundo momento, por região, a fim de facilitar a visualização e compreensão das desigualdades regionais.

O presente trabalho considera em sua análise o PIB³ dos Municípios do Rio Grande do Sul, cuja metodologia de cálculo baseia-se na distribuição pelos municípios do VAB⁴ das atividades econômicas das Contas Regionais⁵ do Brasil (IBGE, 2002). Como o enfoque do trabalho é no setor agropecuário, cujo fator terra é

³ Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes, podendo, portanto, ser expresso por três óticas: a) do lado da produção – o produto interno bruto é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção; b) do lado da demanda – o produto interno bruto é igual à despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais as exportações de bens e serviços menos as importações de bens e serviços; c) do lado da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação mais o rendimento misto bruto mais o excedente operacional bruto.(FEE, 2004)

⁴ Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. (FEE, 2004)

⁵ O âmbito da atividade Agropecuária nas Contas Regionais é constituído por grupos de atividade econômica compostos por: lavoura permanente, lavoura temporária, pecuária, horticultura, extrativa vegetal, silvicultura, investimentos em formação de matas plantadas e lavouras permanentes, pesca, indústria rural, produção particular do pessoal residente no estabelecimento rural e serviços auxiliares da agropecuária. A atividade indústria nas Contas Regionais é constituída por: extrativa mineral, indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública. (FEE, 2004)

de fundamental importância, considerou-se como um fator importante a relação do PIB e do VAB com a base geofísica territorial no qual as atividades agropecuárias são desenvolvidas. Neste caso, os indicadores PIB/área e VAB/área expressam melhor o impacto do setor agropecuário na dinâmica econômica regional.

1.2.3. Fonte dos dados

Os dados analisados foram obtidos através da Fundação Gaúcha de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através dos respectivos sites na Internet, publicações na forma de livros, CDs, artigos e periódicos, constituindo-se, portanto, em dados secundários.

1.2.4. Análise dos dados

Os dados secundários foram analisados, descritos e transformados em tabelas, gráficos e mapas pelos programas Microsoft Excel versão 2003 (Microsoft, 2003), e SPRING versão 4.1.1. (INPE, 2004), os quais permitem transformar dados em informações, que se tornam ferramentas eficientes para analisar, comunicar e compartilhar os mesmos.

No programa Excel foi realizada a transformação dos dados secundários obtidos do IBGE e FEE, utilizados neste estudo. Assim os dados relativos a população total, urbana e rural (2002), bem como o PIB (2002), VAB (2002) e Área (2003) foram analisados dentro de cada Município, Região e Estado como um todo, a fim de que fosse comparado o valor gerado por área.

O SPRING (Sistema de Processamento de Informações Georeferenciadas) é um SIG (Sistema de Informações Geográficas) com funções de processamento de imagens, análise espacial, modelagem numérica de terreno e consulta a bancos de dados espaciais, tornando possível a visualização, através de mapas, das informações geradas pelo Excel, facilitando a compreensão dos mesmos.

2. RESGATE HISTÓRICO

O Rio Grande do Sul apresenta regiões bastante distintas com relação a solo, clima e relevo, o que faz com que as atividades agropecuárias desenvolvidas em cada uma dessas regiões sejam bem diferenciadas. Também economicamente o Estado apresenta grandes desigualdades regionais, onde historicamente o desenvolvimento econômico deu-se sobre uma matriz agropecuária. Inicialmente no Sul, através da pecuária, e mais tarde no Norte através da agricultura.

Busca-se, a partir de uma breve descrição dos principais aspectos do processo de ocupação do Estado, envolvendo o desenvolvimento da indústria e a conseqüente concentração populacional em uma determinada região do Estado, a compreensão acerca das desigualdades econômicas regionais e a influência que estas imprimem no setor agropecuário.

2.1. Formas de Ocupação do Rio Grande do Sul

Com o descobrimento da América, no final do século XV, portugueses e espanhóis na tentativa de diminuir os conflitos pela posse de terras, dividiram a América em duas porções, através do Tratado de Tordesilhas. Apesar de desconhecerem a existência do Brasil, até a chegada dos portugueses em 1500, grande parte do território brasileiro ficou pertencendo à Espanha, inclusive o Rio Grande do Sul.

Inicialmente o Rio Grande do Sul era povoado por índios de diversas tribos, onde algumas desenvolviam a agricultura (além da caça e da pesca) através do cultivo de plantas como milho, mandioca, batata-doce, entre outros. Somente no século XVII vieram os Jesuítas espanhóis estabelecendo-se onde hoje localiza-se o

noroeste do Estado, denominada região das Missões, a fim de educar e catequizar os índios. Somente no século XVIII é que a coroa portuguesa deu início ao processo de ocupação no Estado.

O gado, introduzido no Estado pelos Jesuítas, reproduziu-se livremente nos campos gaúchos, principalmente após o término das reduções jesuíticas.

Com o gado livre nos pampas “sem-dono”, inicia-se a exploração do couro através da captura do gado (preação), que era comercializado para a Argentina, fazendo com que este período seja bastante significativo, uma vez que o couro teve grande importância econômica para o Rio Grande do Sul. A carne, pelo contrário, até o século XVIII era utilizada somente para subsistência, sendo abandonada no campo. Porém, essa realidade começa a mudar com a descoberta das minas de ouro no século XVIII no sudeste do país, onde a carne passa a adquirir importância econômica pela necessidade de abastecimento de alimentos no local (devido a grande concentração populacional que se formou no entorno às minas). Os animais eram capturados e transportados vivos pelos tropeiros. De acordo com Pesavento (1980) “após um período de exploração intensiva, os rebanhos começaram a findar e foi necessário parar com a atividade predatória, a fim de repor os animais”. Essa atividade de captura e transporte do gado cessa ainda no século XVIII, com a decadência das minas, período que coincide com a chegada dos casais açorianos no Estado, principais responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura, como a produção familiar de arroz⁶ e trigo⁷. Portanto, neste momento, a economia do Estado era baseada na pecuária de corte.

Ainda no século XVIII, ocorre a distribuição de sesmarias, por parte do governo Português, que eram terras devolutas medindo três léguas, o equivalente a 1.080 hectares, sendo que algumas estâncias compreendiam 30 léguas (Arend e Cario, 2004). As sesmarias foram distribuídas por características de interesses políticos, na proteção de fronteiras, bem como as características de relevo e clima em diversas partes do Estado, como Tramandaí, Viamão e Porto Alegre.

⁶ A introdução do arroz no Sul do Estado deu-se em 1750 através dos imigrantes açorianos. Mais tarde os alemães também se dedicaram a esta cultura, que foi aos poucos sendo introduzida no sul do Estado, principalmente por colonos que arrendavam terras dos estancieiros. Somente após a comprovação da adaptação da cultura e retorno econômico que esta trazia é que alguns estancieiros começaram a ceder parte de suas propriedades para o seu cultivo.

⁷ O trigo torna-se um importante produto no Estado, porém, a grande necessidade de mão-de-obra, concorrência com o trigo argentino, a falta de incentivo e técnica além da proibição, em 1793, da entrada do trigo em Portugal, mais a ferrugem que consumiu as lavouras em 1814, desestimulou totalmente as plantações (Pesavento, 1980).

Estenderam-se, porém, para o sul, uma vez que o norte do Estado era caracterizado pelas florestas e pelo terreno acidentado, não sendo interessante do ponto de vista econômico da época, baseado principalmente na atividade pecuária, que encontrava nos campos sulinos as características propícias ao seu desenvolvimento.

Com as Charqueadas⁸ houve um incremento na criação de gado no Rio Grande do Sul, onde o charque⁹ passou a ser comercializado para o centro do país e também para a Europa, alavancando a economia na época. Porém o charque, que passou a ser, juntamente com o trigo, o principal produto do Estado na época, mostra sinais de decadência a partir do século XIX, principalmente pelo alto valor dos impostos e a concorrência com o charque platino, de melhor qualidade. Este fato gera um grande impacto na economia gaúcha, pois das charqueadas dependiam tanto pecuaristas (estancieiros), como o comércio e a indústria dos municípios situados principalmente no sul do Estado, ou seja, toda uma dinâmica local movida basicamente por um produto. Portanto, destaca-se a importância da agropecuária na estrutura produtiva do Rio Grande do Sul através do charque, o qual era derivado da principal atividade econômica do Estado no século XIX, a bovinocultura (AREND e CARIO, 2004).

No início do século XIX, mais precisamente no ano de 1824, chegam os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, estabelecendo-se em áreas localizadas principalmente no Norte do Estado, de difícil acesso, mas com solo de boa qualidade, onde desenvolveram uma agricultura de subsistência, através da mão-de-obra familiar. De acordo com Pesavento (1980),

(...) as colônias mais próximas dos centros urbanos foram as que mais prosperaram, uma vez que comercializavam seu excedente, exportando para o centro do Brasil produtos como milho, feijão, batata, mandioca, trigo, toucinho, banha, onde beneficiou-se do desenvolvimento da agricultura o comerciante que localizava-se tanto na zona rural, as chamadas vendas, até o núcleo em São Leopoldo e daí para o centro do Brasil e até mesmo outros países.

⁸ Estabelecimentos onde a carne era beneficiada e transformada em charque.

⁹ O charque, carne seca e salgada, apresentou altos e baixos na economia gaúcha. Após seu ápice, através de exportações inclusive para a Europa, enfrentou concorrência em preço e qualidade com o charque platino, o que culminou com a Revolução Farroupilha (1835-1845), vindo a comprometer a quantidade e qualidade dos rebanhos afetando, conseqüentemente, a economia sulina.

Com as terras de melhor qualidade já ocupadas, resta aos imigrantes italianos, a partir de sua chegada em 1875, ocuparem aquelas disponíveis, localizadas principalmente na Serra, e desenvolverem seus cultivos e comercializarem produtos até então não explorados, como a uva e o vinho.

A Metade Norte do Estado apresentava, até o século XIX, pouca importância econômica, de acordo com Arend e Cario (2004), uma vez que não apresentava as características adequadas para criação de gado, predominando terreno acidentado e florestas. A partir da chegada dos imigrantes, no entanto, começa o desenvolvimento de uma agricultura diversificada, em pequenas propriedades familiares.

Com relação a este fato, Souza (2000) destaca que

(...) as condições históricas de ocupação do Estado geraram duas regiões diferenciadas quanto ao uso do solo, estrutura fundiária e quanto à divisão político-administrativa. A região norte do Estado, ocupada por colonos (principalmente imigrantes), caracteriza-se por pequenos municípios e pela pequena propriedade onde desenvolveu-se a agricultura familiar. Por outro lado, a região sul do Estado, é composta de grandes municípios, grandes propriedades, pelo desenvolvimento da pecuária como principal atividade e dos produtos derivados dela.

Com relação a base econômica do Estado, Pesavento (1980) afirma que esta começava a mudar no final do século XIX, uma vez que a

(...) agropecuária vai cedendo espaço a um processo de industrialização através dos colonos italianos e alemães, que localizavam-se na Metade Norte do Estado, fazendo com que esta região passasse a se desenvolver de maneira que, no início do século, já apresentava indícios de que tornaria-se a região economicamente mais desenvolvida do Estado. Colaborando com isso, os pecuaristas da Metade Sul não procuraram beneficiar seus produtos, mantendo a base produtiva e o sistema de comercialização *in natura*.

Desta maneira, verifica-se que as características de ocupação e as atividades agropecuárias desenvolvidas no Rio Grande do Sul têm origem diferenciada, sendo que as mesmas são bem distintas com relação à forma e estrutura das cidades, população urbana e rural.

2.2. O Processo de Urbanização e Industrialização

Fica claro que as desigualdades entre as regiões do Rio Grande do Sul já têm início no processo de ocupação, principalmente no desenvolvimento do setor agropecuário. Além disso, esse processo determinou uma concentração populacional em determinadas áreas (industriais) do Estado, provocada também por um excedente de mão-de-obra das regiões tipicamente pecuárias¹⁰ ou, ainda, os descendentes de colonos que, vendo esgotadas suas fronteiras agrícolas, partem em busca de novas oportunidades de emprego.

Antes do estabelecimento propriamente dito da base industrial do Rio Grande do Sul, no século XX, o destino dessas pessoas ainda eram as regiões agrícolas, principalmente no Norte do Estado. De acordo com Alonso et al (1994), “o primeiro processo - expansão da fronteira agrícola na Região Norte - foi o fator dominante na determinação das diferenças regionais de crescimento demográfico até o início da década de 50”.

Nesse aspecto, Bandeira (2003) afirma que, após algumas gerações, “o crescimento acelerado da população nas regiões coloniais mais antigas, onde a fronteira agrícola se havia esgotado rapidamente, obrigava um contingente significativo de jovens a emigrar em busca de novas terras”. Soma-se a isso os problemas relacionados a perda de produtividade por questões de degradação do solo¹¹, além do fato das propriedades se tornarem excessivamente pequenas para tornar viável a atividade, além da concorrência nos mercados do centro do país com produtos locais ou importados de outros países (MÜLLER, 1998).

Porém, após essa busca inicial por terras ainda não ocupadas no Norte do Estado, a próxima etapa era um “crescente movimento migratório” dos filhos desses colonos para outros Estados do país onde ainda havia terras disponíveis, quando esgotou-se a fronteira agrícola do Rio Grande do Sul¹².

É claro que, com o surgimento da indústria, as migrações em busca de empregos passam a se dar rumo às áreas mais industrializadas do Estado,

¹⁰ Segundo Silva Neto e Frantz (2001), o funcionamento de uma Estância de 13.000 ha, criando entre 4.000 a 5.000 bovinos, exigia em torno de 20 peões trabalhadores exercendo diversas atividades.

¹¹ técnicas agrícolas bastante agressivas e também o uso intensivo do solo geram um processo de “enfraquecimento” do solo, fazendo com que este perca produtividade e fique mais sensível a determinadas práticas e culturas.

¹² De acordo com Jansen (2004), este fluxo migratório ficou conhecido como “enxamegem”, onde a “rota” principal foi Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre e Amazonas.

aumentando esses quadro de desigualdade demográfica. Observa-se que a geração de empregos nas regiões industrializadas intensifica esse fluxo migratório, principalmente a partir de áreas onde a pecuária e agricultura costumavam ser a principal atividade, pois com a modernização da agricultura e conseqüente substituição do homem pelas máquinas, esse excedente de mão-de-obra parte em busca de novas oportunidades, não apenas através de empregos diretos, mas também o grande número de empregos indiretos e toda uma dinâmica que a indústria imprime na região.

Em meados da década de 50, segundo Arbage (2000), “a renda gerada pelo setor industrial já superava a renda oriunda do setor primário, quando ainda estavam em processo de implantação as indústrias de base”. Acrescenta, ainda, que o “país passou gradativamente de uma economia centrada no setor rural para uma economia dependente mais diretamente do setor urbano/industrial”. Carvalho (1991) afirma que este fenômeno, na realidade, se constitui numa das características de um país desenvolvido, que é a queda da importância relativa do setor agrícola em relação aos demais setores da economia.

De acordo com Bandeira (2003), “alguns dos primeiros grandes empreendimentos manufatureiros surgidos no Estado localizaram-se em Rio Grande, pela facilidade maior de acesso aos mercados do centro do país, aos quais se destinava a maior parte da sua produção”. No entanto, devido as dificuldades de acesso ao mercado e ao abastecimento de matérias-primas, não conseguiram ser bem sucedidas.

Foram, no entanto, principalmente as indústrias situadas em Porto Alegre e nos centros mais importantes da região colonial as que conseguiram expandir-se e consolidar-se, vindo a formar um parque manufatureiro diversificado e de porte mais significativo na porção nordeste do território gaúcho. Essas indústrias foram constituídas, em grande parte, com base em capitais acumulados no comércio das áreas coloniais (BANDEIRA, 2003).

São “vários os fatores como a construção da estrada de ferro, a rede rodoviária, o aumento do excedente da produção e do mercado consumidor”, que contribuíram para que houvesse um processo de industrialização da Região Norte, de acordo com Alonso *et al*, (1994), fazendo com que se concentrasse ainda mais a diferenciação econômica entre os dois pólos: o Sul e o Norte.

2.3. Divisão Regional

A diferenciação entre Sul e Norte foi se acentuando a partir da segunda metade do século XIX, quando a economia do Estado se desenvolveu, de acordo com Jansen (2002).

Dois pólos regionais, oriundos do processo histórico da forma de ocupação, passam a consolidar o perfil econômico do Estado: de um lado o eixo Rio Grande-Pelotas com produção centralizada no charque, no trigo e produtos de origem da pecuária; e de outro lado o eixo Porto Alegre-São Leopoldo, concentrado na produção rural das colônias, uma indústria de base artesanal, e um comércio.

Nota-se que o processo de industrialização do Estado acentua ainda mais as desigualdades regionais, pois aquelas áreas de predomínio da pecuária (Região Sul) e mais tarde da agricultura (através de um único produto, o arroz) mantiveram sua base industrial a partir desses produtos, como outrora foram as charqueadas.

Neste aspecto, Bandeira (2003) coloca que

Em 1937, portanto, já se havia delineado claramente o perfil que iria caracterizar a indústria da região sul desde então: um amplo predomínio de atividades voltadas para o beneficiamento de produtos da agropecuária local e quase total ausência de um segmento produtor de bens manufaturados para o mercado regional. Vários dentre os estabelecimentos mais antigos desse tipo que existiam na região desapareceram nas décadas seguintes, incapazes de enfrentar a concorrência de empresas localizadas em outras áreas.

Por outro lado, nas áreas onde a produção diversificada predominava, a base industrial também se mantém dinâmica aproveitando essa variedade de produtos e atividades.

A partir destas características o desenvolvimento econômico na Região Norte foi se acentuando em uma região, no nordeste do Estado, terminando por concentrar a base econômica nesta área. Neste sentido, Fonseca (1983) afirmava que o Estado podia ser dividido entre Norte e Sul (Campanha), dado às diferenças significativas entre ambos. Entretanto, o Norte pode ser subdividido em duas zonas: a Serra e o Planalto.

Com relação às características produtivas, Souza (2000) afirma que o Estado pode ser dividido em duas grandes regiões originárias da forma de ocupação histórica: Região Norte e Região Sul. No Norte existe grande diversidade de culturas envolvendo cultivo de grãos, fumo e fruticultura, onde o uso de mão-de-obra familiar é predominante nesta região de pequenas propriedades. Mesmo as áreas de campos, que possibilitaram o desenvolvimento da pecuária, vêm sendo absorvidas pela agricultura. No Sul, incluindo a porção de serra que fica a sudeste, há predomínio da produção animal e de arroz.

Posteriormente, Ilha et al (2002) e Silveira et al (2004) também ressaltam as diferenças entre a Metade Sul e Metade Norte, mas alertam sobre a crescente concentração econômica no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul.

Alonso et al (1994) propõem, a subdivisão do estado (Figura 1) em três Regiões: A Sul, onde predominam a grande propriedade, a pecuária e a lavoura de arroz. A Norte, predominantemente agrária, caracterizada pelas pequenas e médias propriedades, onde a produção inicialmente diversificada cedeu espaço para as lavouras mecanizadas de trigo e soja. E a última região, a Nordeste, que se caracteriza pela presença de vários setores industriais, além de grandes concentrações urbanas. Estas duas últimas constituem a chamada Metade Norte do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 1996).

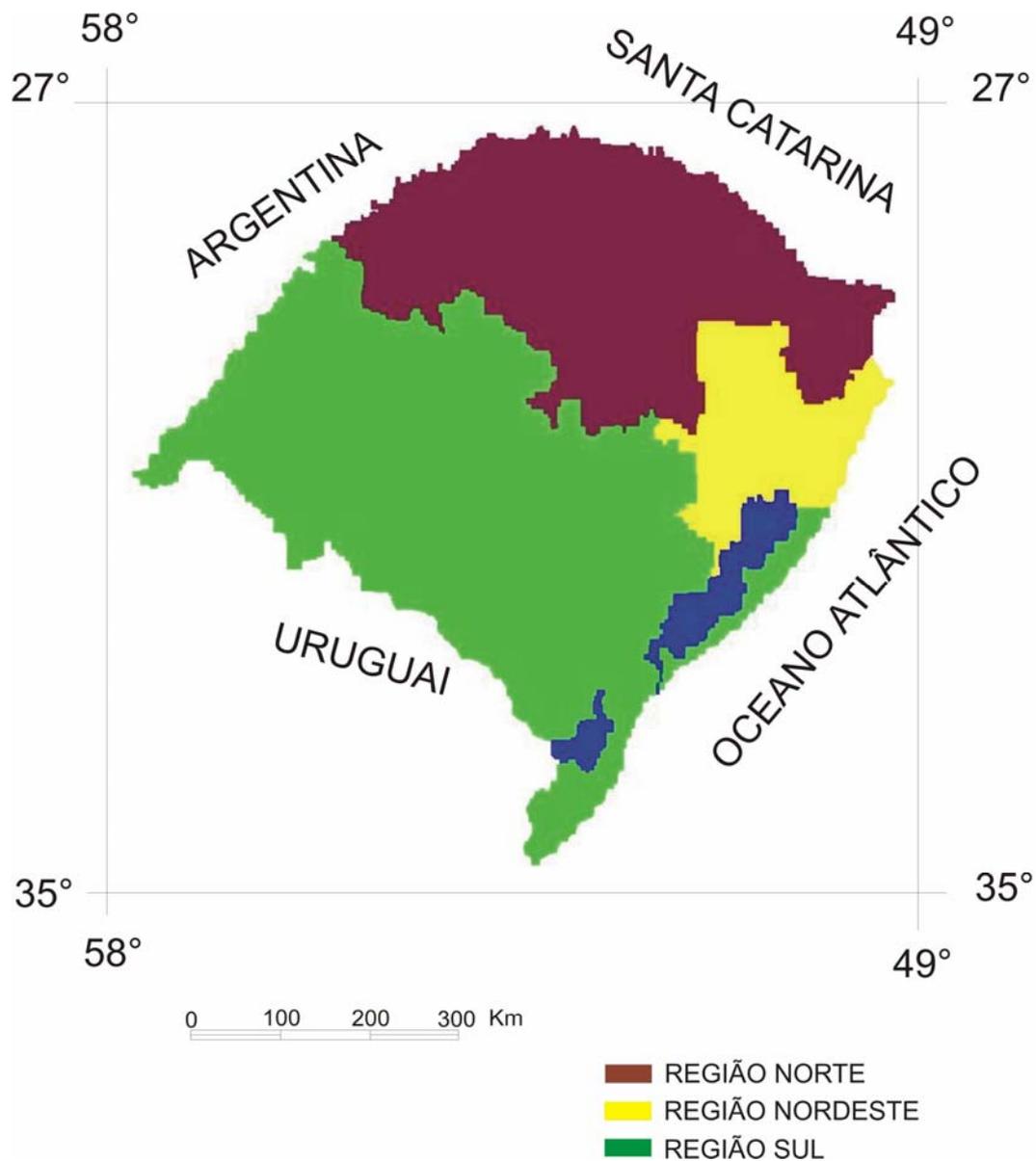


Figura 1- Regiões do Rio Grande do Sul baseado na divisão elaborada por Alonso et al (1994)

Dentro desta mesma lógica Bandeira (2003) acrescenta que o Rio Grande do Sul passou a ser constituído fundamentalmente pelas três grandes regiões mencionadas: “o Nordeste, cada vez mais industrializado, o Norte, com sua economia baseada na pequena e média propriedade e na agropecuária diversificada, e o Sul, onde continuaram a predominar a pecuária e o latifúndio”.

Acrescenta, ainda que, com o processo de industrialização, as atividades agrícolas passam a ser cada vez menos expressiva na formação do PIB.

Com relação a estrutura das propriedades rurais, Ilha et al. (2002) cita que a Região Norte apresentou significativas mudanças, onde “prevalecem as pequenas e médias propriedades familiares diversificadas”, característica esta que vem mudando uma vez que a cultura da soja¹³ está tomando espaço frente as pequenas unidades familiares.

Em contraste, segundo Schneider e Waquil (2001), pequenas propriedades localizadas em regiões onde as condições de solo e relevo são menos favoráveis apresentam restrições para práticas agrícolas intensivas como o uso de tecnologias moto-mecânicas. Potencialmente, essas permitiriam obter melhor produtividade e, conseqüentemente, maiores rendas ao produtor. Assim, de acordo com os autores, a região Norte convive por um lado com o aumento do tamanho da propriedade e a concentração de terra, e por outro com a descapitalização dos pequenos produtores.

Na Região Sul, o que se observa é o desenvolvimento predominante da pecuária extensiva e a agricultura. É importante ressaltar que em várias partes da Região Sul, as condições de solo não permitem uma maior diversificação das atividades, devido a suscetibilidade a erosão que algumas áreas apresentam, enquanto outras não são ideais para uso de maquinários e implantação de lavouras temporárias¹⁴.

Nesse sentido, Bandeira (2003) acrescenta:

O setor primário do sul tradicionalmente caracterizou-se pela ampla predominância da agropecuária. Embora sua participação tenha diminuído ao longo do tempo, à medida que, nas décadas mais recentes, se expandiram algumas lavouras, até os anos 50 (do século XX) essa atividade continuava a ser responsável por mais da metade do Valor Bruto da Produção Agropecuária da região.

No entanto, não é o que se verifica na Região Nordeste, a qual conserva, principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre, atividades agrícolas diversificadas e relativamente fortes, ressaltando-se

¹³ Sabe-se, no entanto, que esta cultura necessita cada vez mais da escala de produção, para tornar-se rentável.

¹⁴ Ver Bandeira (2003)

(...) algumas atividades com alto valor agregado, mais intensivas em mão-de-obra e em capital como é o caso da criação de aves, em menor escala, o cultivo de certos hortigrangeiros e, mais tradicionalmente, arroz e gado de leite (GRANDO e MIGUEL, 2002).

A Região Nordeste dispõem, ainda, de “importantes vantagens comparativas em relação a outras regiões do RS ou mesmo de outros estados brasileiros; além da proximidade do mercado consumidor e uma grande disponibilidade de mão-de-obra”. (GRANDO e MIGUEL, 2002).

Nas Regiões Sul e Norte, os outros setores da economia não são tão expressivos economicamente quanto os da Região Nordeste, assim a atividade econômica intersetorial é pouco dinâmica dificultando, conseqüentemente, a agregação de valor aos produtos primários. Assim, estas regiões produzem basicamente commodities¹⁵, que têm seu valor reduzido ano a ano, essa característica faz com que se acentue cada vez mais a desigualdade entre as regiões.

Portanto, nota-se que o Rio Grande do Sul apresenta características bem particulares com relação às formas de ocupação, ao processo de concentração populacional e industrial em áreas específicas, mas principalmente, com relação às atividades agropecuárias desenvolvidas nas regiões do Estado. Enquanto a Região Sul teve sua economia baseada na agropecuária, as Regiões Norte e Nordeste buscaram, através do comércio e da indústria, seu desenvolvimento econômico.

Observa-se que essas características colaboraram para a concentração econômica na Região Nordeste do Estado, fazendo com que se acentuasse as desigualdades econômicas regionais no Rio Grande do Sul.

¹⁵ São produtos indiferenciados entre os concorrentes e, portanto, são vendidos com base no menor preço. A concorrência por preços mantém as margens dos produtos relativamente baixas. Além disso, são geralmente manufaturados em larga escala para reduzir o custo unitário de produção.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Rio Grande do Sul teve, desde o início de sua ocupação, a economia baseada prioritariamente no setor primário. Se outrora essa característica colocava o Estado economicamente à frente das demais unidades da federação em várias ocasiões, hoje a realidade é outra. A medida que a agropecuária vai tendo sua participação reduzida na composição do PIB estadual, é claro que isso reflete a nível regional. Aquelas regiões que não conseguiram alterar ou diversificar sua base produtiva sofrem as conseqüências econômicas de dependerem basicamente de um setor que não mais é capaz de sustentar um processo de desenvolvimento local, através da geração de emprego e renda à população. Frente a isso, o que se verifica é que um grande número de pessoas se desloca destas áreas para as mais industrializadas, gerando um processo de concentração econômica, populacional e industrial, colaborando para o quadro de desigualdades regionais no Estado.

3.1. Participação populacional e as desigualdades regionais.

Este tópico refere-se às influências da concentração populacional nas desigualdades regionais, onde no primeiro momento analisa-se a participação das Regiões Nordeste, Norte e Sul no total do Estado e posteriormente o impacto populacional dentro das próprias regiões.

3.1.1. Participação populacional das regiões no Rio Grande do Sul

O deslocamento ou migração interna no Rio Grande do Sul ocorre, num primeiro momento, para o Norte do Estado (fronteira agrícola) e num segundo momento para a região Nordeste do Estado em busca de empregos nas áreas mais industrializadas. Torna-se evidente atualmente, quando comparada com as demais regiões, a concentração populacional na Região Nordeste. Nesse sentido, Alonso et al (1994) afirmam que as “diferenças regionais de crescimento demográfico no RS foram, na maior parte dos últimos 100 anos, determinadas principalmente pelas migrações internas, favorecendo primeiro a Região Norte e depois a Nordeste, sempre em detrimento da Sul.” No gráfico 1 visualiza-se o crescimento populacional do RS.

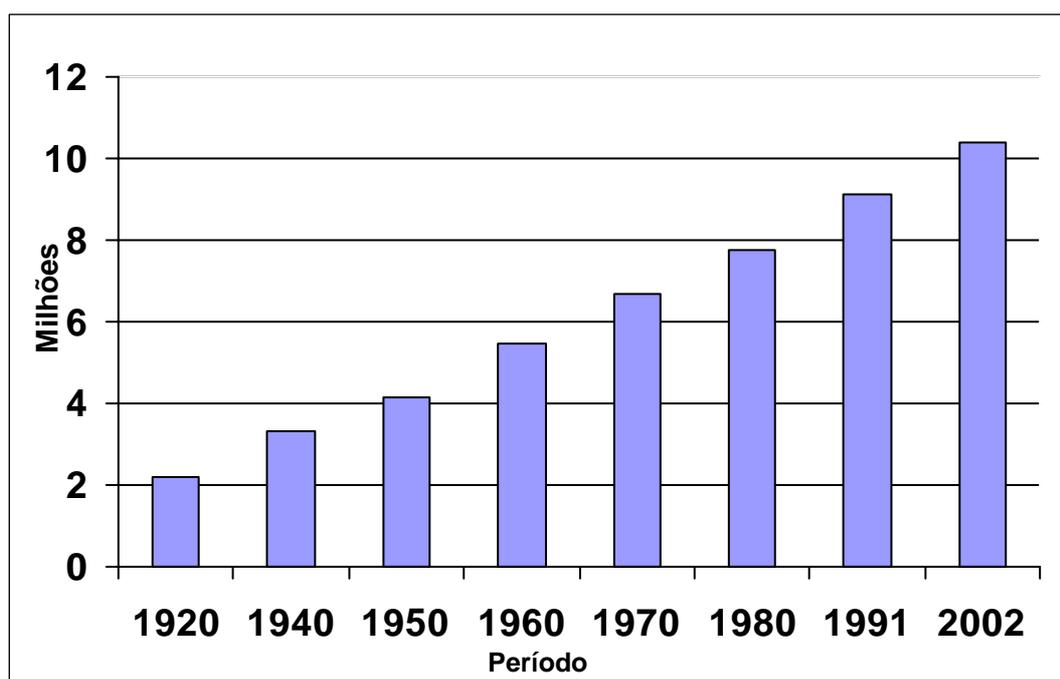


Gráfico 1- População residente do Rio Grande do Sul entre 1920 e 2002.

Em 2002, a população total do Estado era de 10.398.133, o que demonstra um crescimento de aproximadamente 470% desde 1920, onde a população residente no Rio Grande do Sul era de 2.182.713 habitantes.

A Tabela 1 apresenta os dados relativos a participação percentual da população de cada região no total do Rio Grande do Sul, onde visualiza-se que a

Região Sul teve sua participação percentual a nível estadual reduzida consideravelmente com relação as Regiões Norte e Nordeste. Indicando, portanto, uma migração da população sulina considerando o período de 1920 a 2002. A falta de empregos, gerada pela pouca diversificação da base industrial, baseada principalmente na pecuária, foi com certeza a principal causa dessa migração para as demais regiões do Estado. Esse processo teve início ainda na década de 1930-1940.

Tabela 1: Participação percentual das Regiões na população total do Rio Grande do Sul no período de 1920 a 2002

Região	1920	1940	1950	1960	1970	1980	2002*
Nordeste	27,47	25,57	26,68	30,66	34,28	40,21	48,30
Norte	32,23	38,76	40,57	39,23	37,17	33,48	27,19
Sul	41,30	35,67	32,75	30,11	28,54	26,31	24,52
Total RS	100						

Fonte: Baseado em Alonso et al (1994). * Dados obtidos da FEE e IBGE

As pequenas unidades voltadas para agropecuária colonial ou para as lavouras mecanizadas, que compõem o setor agrícola da Região Norte necessitam um volume muito maior de mão-de-obra por unidade de área do que as explorações agropecuárias características da Região Sul. Com a crise da agropecuária, um grande número de pessoas que dependiam desta atividade deslocam-se para aquelas regiões que poderiam oferecer melhores condições de trabalho e renda. Sabe-se também, que uma das maiores conseqüências da Revolução Verde¹⁶ foi o acentuado êxodo rural, que fez com que o homem se deslocasse do campo em busca de moradia e emprego migrando, assim, para cidades ou regiões que poderiam vir a atender esse anseio.

Fica claro o processo de concentração populacional na Região Nordeste ao longo das décadas, uma vez que esta possuía, em 1920, aproximadamente 27,47% da participação na população total do Estado, enquanto a Sul detinha cerca de 41,30%. No entanto, esse valor foi se alterando de tal maneira que, no ano de 2002,

¹⁶ Transformação na agricultura, a partir dos anos 50, acarretada pela injeção de tecnologia básica e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas que asseguraram condições para que as novas cultivares alcançassem altos níveis de produtividade. A diversidade de pequenos sistemas de subsistência foi substituída por monoculturas.

a Região Sul passa a ter a menor participação, com 24,52%, enquanto a Região Nordeste representa 48,30% da população do Estado.

Com relação a Região Norte, não houve mudança significativa na sua participação percentual quando comparado o ano de 1920 e o de 2002. Porém, chama a atenção o seu percentual na década de 50, fato esse, explicado em parte pela migração que ocorreu rumo ao norte do Estado, na busca de terras ainda não exploradas (muitas vezes cobertas quase que totalmente por florestas) e comercializadas a um valor irrisório. Nos anos seguintes observa-se que a participação das Regiões Norte e Sul na população total do Estado diminuiu, enquanto a da Nordeste aumentou progressivamente.

Conforme o comentado anteriormente, em 1920 a população residente no Rio Grande do Sul era de 2.182.713 habitantes, sendo que 26,44% residiam no meio urbano. No ano de 2002, a população total do Estado era de 10.398.133 habitantes, onde 82,72% residem nas cidades. Ou seja, o número de habitantes foi aumentando da mesma maneira em que a população rural foi gradativamente transformando-se em urbana, principalmente a partir da década 1960, o que está descrito no item 3.1.2. Paralelo a isso, o número de municípios, que em 1920 era de 71, passa a um total de 497 no ano de 2002, onde áreas antes consideradas rurais passam a ser urbanas, o que explica em parte essa inversão ao longo do período considerado (anexo 4).

Ao observar o percentual da participação da população urbana das Regiões no total da população do Rio Grande do Sul (Tabela 2) verifica-se que, na Região Norte ocorreu um aumento de aproximadamente 266%. Além do esgotamento da fronteira agrícola e conseqüente migração para as cidades, esse fato também explica-se pelo grande número de municípios criados, implicando na transformação de áreas antes consideradas rurais, em urbanas. Este fato é amplamente discutido por Veiga (2000)¹⁷

¹⁷ Este assunto é debatido amplamente pelo autor no artigo: "Desenvolvimento Territorial do Brasil: do Entulho Varguista ao zoneamento Ecológico-Econômico".

Tabela 2 - Participação percentual das Regiões na população urbana total do Rio Grande do Sul no período de 1920 a 2002.

Região	1920	1940	1950	1960	1970	1980	2002*
Nordeste	42,16	39,19	42,92	45,61	49,07	51,87	53,91
Norte	8,19	18,06	19,14	21,21	20,79	21,90	21,81
Sul	49,66	42,76	37,94	33,18	30,14	26,23	24,28
Total RS	100						

Fonte: Baseado em Alonso et al. (1994) . *Dados obtidos da FEE e IBGE

O que se observa na região nordeste é que a participação percentual da população urbana também foi aumentando nas últimas décadas, em parte devido a característica produtiva desta região, baseada principalmente na indústria e serviços. Também verifica-se que esgota-se a área rural a medida que expande-se a área considerada urbana, visto a reduzida área territorial em questão (tabela 6).

Na Região Sul, ao contrário das demais Regiões, ocorreu uma diminuição percentual da participação da população urbana no total Estado, passando de aproximadamente 50% em 1920 para 24% em 2002. Vários municípios na Região Sul, em decorrência da pecuária e das Charqueadas, tiveram grande importância econômica a nível estadual, transformando-se em importantes pólos regionais, concentrando uma grande parte da população, que trabalhava nas indústrias locais. No entanto, com a prolongada crise da agropecuária no século XX, e conseqüente decadência das charqueadas e a não-consolidação das indústrias locais, fizeram com que esse contingente se deslocasse principalmente para a Região Nordeste.

Nesse sentido, Alonso et al (1994) citam que “a incapacidade de sustentar um processo de industrialização diversificada foi, provavelmente, o principal entre os fatores que contribuíram para determinar o baixo dinamismo característico da evolução histórica da economia da região”. Além disso, como o número de municípios não aumentou na mesma proporção das outras regiões, o fator transformação rural/urbano decorrente da criação dos novos municípios teve importância reduzida nesta região.

Esse processo de urbanização no Rio Grande do Sul pode ser melhor visualizado na gráfico 2.

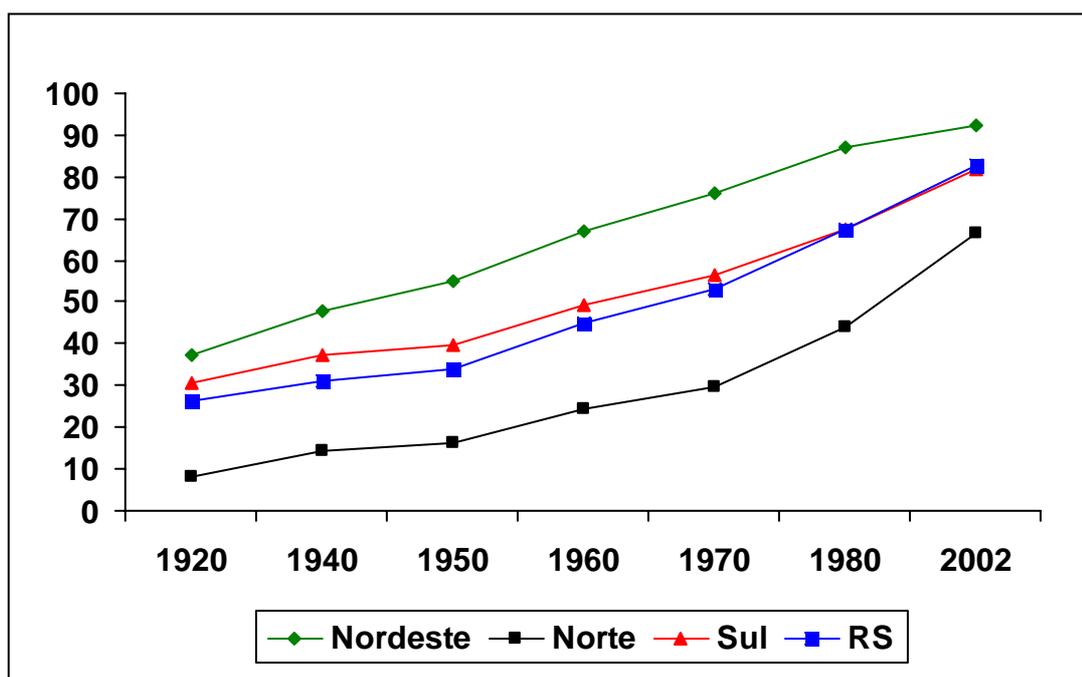


Gráfico 2- População urbana das regiões e do Rio Grande do Sul no período de 1920 a 2002.

Com relação à participação percentual da população rural da Região Nordeste no total do Rio Grande do Sul (tabela 3), ocorreu um aumento na última década onde, acredita-se, a grande concentração populacional tenha extrapolado os limites do que se considera cidade, fazendo com que áreas consideradas rurais tenham sido ocupadas com a finalidade principal de moradia e lazer¹⁸.

A participação da Região Sul reduziu ao longo das últimas décadas. Como já foi citado anteriormente, o êxodo rural e também a migração das pessoas (principalmente jovens) para as cidades e grandes centros industriais, foram algumas das causas desta redução. No que diz respeito a essa “mão-de-obra”, há de se destacar que, segundo Bandeira (2003), “muitos que se desfaziam das terras e iam para as cidades, estavam, em geral, despreparados para aplicar com sucesso os recursos assim obtidos em outros tipos de atividade”, podendo vir a migrar, posteriormente, para áreas que apresentam uma dinâmica econômica capaz de oferecer empregos.

¹⁸ ABRAMOVAY, R. O Futuro das Regiões Rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

Tabela 3 - Participação percentual das Regiões na população rural total do Rio Grande do Sul no período de 1920 a 2002

Região	1920	1940	1950	1960	1970	1980	2002*
Nordeste	25,32	19,40	18,25	18,49	17,41	15,95	21,45
Norte	34,15	48,13	51,68	53,90	55,87	57,58	52,91
Sul	40,53	32,46	30,07	27,61	26,72	26,47	25,64
Total RS	100						

Fonte: Baseado em Alonso et al (1994). *Dados obtidos da FEE e IBGE

Na Região Norte, ocorreu um aumento proporcional da participação na população rural do Rio Grande do Sul, fator entendido pela característica das propriedades rurais da região, mas também entende-se que a medida que a Região Sul reduz sua participação, automaticamente as demais Regiões aumentam o seu percentual. Finalmente, observa-se que a Região Sul teve a sua participação no percentual da população do Estado reduzida como um todo, tanto urbana quanto rural.

3.1.2. População dentro de regiões

O Rio Grande do Sul passou, de uma população prioritariamente rural, que representava cerca de 73,56% do total no ano de 1920, para uma maioria absoluta urbana em 2002, onde esta representa 82,72%. Entretanto, não pode ser desconsiderada a questão do número de municípios emancipados que aumentou 700% entre 1920 e 2002.

Ao observar os valores da população urbana e rural nas regiões (Tabela 4), verifica-se que a Região Sul apresentou um processo de urbanização bastante superior à Região Norte, a qual teve uma emancipação de municípios 4 vezes maior. Como já foi comentado anteriormente, sabe-se que o setor agropecuário do Sul tradicionalmente caracterizou-se pela predominância da pecuária e que a mesma não necessita de muita mão-de-obra, gerando um excedente que se desloca para as zonas urbanas. De acordo com Alonso et al (1994),

Embora as duas regiões (Norte e Sul) tenham sua economia baseada nas atividades agrícolas, na região sul a participação da população urbana na total aproxima-se desde 1920, do nível apresentado pela Nordeste. Na região Norte, ao contrário, o grau de urbanização foi sempre muito inferior ao dessas duas regiões, a tal ponto que, em 1980, mais da metade da sua população ainda vivia no meio rural, quando 9 em cada 10 dos habitantes da região nordeste e mais 2 em cada 3 dos da Sul já viviam em cidades.

Tabela 4 - Participação percentual da população rural (R) e urbana (U) nas Regiões do Rio Grande do Sul

Região	1920		1950		1970		1980		2002	
	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R
Nordeste	37,44	62,56	54,94	45,06	76,29	23,71	87,13	12,87	92,33	7,67
Norte	7,93	92,07	16,11	83,89	29,82	70,18	44,18	55,82	66,37	33,63
Sul	30,57	69,43	39,54	60,46	56,29	43,71	67,34	32,66	81,93	18,07
Total RS	26,44	73,56	34,14	65,86	53,31	46,69	67,55	32,45	82,72	17,28

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados obtidos da FEE e IBGE

Na região Norte também ocorreu um processo de urbanização acentuado, no entanto essa urbanização se deu de forma mais lenta, uma vez que a característica de pequenas propriedades, onde a mão-de-obra era familiar e abundante. Nesse sentido, Roche (1969) diz que

A subdivisão da pequena propriedade entre os co-herdeiros chocava-se depressa com os próximos limites, traçados pela impossibilidade de alimentar mais homens em terras cujo rendimento baixava rapidamente. A emigração dos excedentes da população campesina fazia-se, pois necessária.

Em parte esse fator deve-se a estrutura das propriedades rurais de alguns municípios¹⁹, onde as características produtivas são bastante limitadas, fazendo com que não se altere o número de propriedades, sendo que dificilmente essas são agregadas por propriedades maiores. No entanto, naquelas áreas propícias para a mecanização, ocorreu o contrário. Nesse sentido, Ilha et al (2002) afirma que a

¹⁹ Em Boa Vista do Buricá, por exemplo, o número de propriedades (1700) se mantém inalterado desde 1970.

Região Norte é muito heterogênea, onde a produção inicialmente diversificada (caracterizada pelas pequenas e médias propriedades) cedeu espaço para as lavouras mecanizadas de trigo e soja.

3.2. Participação econômica e as desigualdades regionais.

Neste tópico observa-se a influência da concentração econômica nas desigualdades regionais do Rio Grande do Sul, a partir da análise da participação do PIB e do VAB da Agropecuária das Regiões no total do Estado. Assim, possibilita a avaliação do impacto dessas desigualdades no setor agropecuário de cada Região.

3.2.1 Participação do PIB e VAB das regiões no Rio Grande do Sul

Verifica-se na Tabela 5, o quanto a participação percentual das regiões na composição do PIB Estadual foi se alterando. No final da década de 1930, a Região Sul era responsável pela maior parte do PIB, enquanto a Região Nordeste representava 33,03%. A agropecuária da Região Sul passava por um período favorável com a criação de frigoríficos e engenhos de arroz, enquanto a Região Nordeste iniciava seu processo de industrialização. Esses valores foram se modificando ao longo do período considerado, até que se verifica uma inversão, 20 anos depois, com relação a participação das mesmas na composição do PIB do Rio Grande do Sul. Nota-se que a Região Norte teve uma maior participação a partir do final da década de 1950, onde aquela região começava a “colher os louros” da produção de soja. No entanto, a participação percentual da Região Norte na composição do PIB do Estado manteve-se mais ou menos constante ao longo das décadas, onde as variações ocorridas estão relacionadas, principalmente, aos anos em que houveram safras agrícolas bem sucedidas, como foi o caso do ano de 2002.

Tabela 5 - Participação percentual do PIB das Regiões no total do Rio Grande do Sul

Região	1939	1959	1970	1980	2002*
Nordeste	33,03	40,14	47,28	51,20	53,44
Norte	28,65	30,40	28,17	25,70	28,53
Sul	38,33	29,43	23,95	23,09	18,03
Total RS	100	100	100	100	100

Fonte: Baseado em Alonso et al. (1994). * Dados obtidos da FEE e IBGE

Uma vez que o trabalho propõe analisar as desigualdades regionais e a influência no setor agropecuário é importante considerar a área em que as atividades são desenvolvidas. Assim, a tabela 6 refere-se a área e o PIB do Rio Grande do Sul, onde a Região Nordeste possui uma área de 25.310,20 Km², o equivalente a 8,98% da superfície do Estado, representando cerca de 53,44% do PIB Total. A Região Sul, ao contrário, ocupa 53,32% da área, e tem uma representação de 18,03% do PIB estadual e, finalmente a Região Norte, que possui uma área de 33,13% e 28,53% do PIB do Estado.

Tabela 6- Área, PIB Total e PIB por área das Regiões do Rio Grande do Sul.

Região	Área		PIB Total		PIB/Área
	Km²	%	R\$	%	(R\$/Km²)
Nordeste	25.310,20	8,98	57.959.657.158,22	53,44	2.289.972,31
Norte	93.385,70	33,13	30.949.073.265,25	28,53	311.411,27
Sul	150,281,20	53,32	19.562.007.479,04	18,03	130.169,36
Lagoa dos Patos	10.049,62	3,57	-	-	-
Lagoa Mirim	2.811,53	1,00	-	-	-
Total RS	281.838,25	100	108.470.737.902,52	100	-

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados obtidos da FEE e IBGE

Observa-se claramente a desigualdade na composição do PIB total do Rio Grande do Sul, onde o PIB gerado pela Região Nordeste é de aproximadamente 47% superior ao da Região Norte e de 200% ao da Região Sul. As características produtivas da Região Nordeste, baseada na indústria e serviços, colaboram para esse quadro, já que são atividades que agregam mais por área do que a agropecuária, que se constitui na atividade principal das Regiões Sul e Norte.

Na Figura 2 pode-se observar a distribuição do PIB total por município do Estado, onde demonstra claramente a desigualdade econômica entre as Regiões. Fato este, explicado pelo tamanho dos municípios, uma vez que pode-se visualizar que vários municípios da Região Sul encontram-se em uma colocação “privilegiada” no que diz respeito ao PIB total.

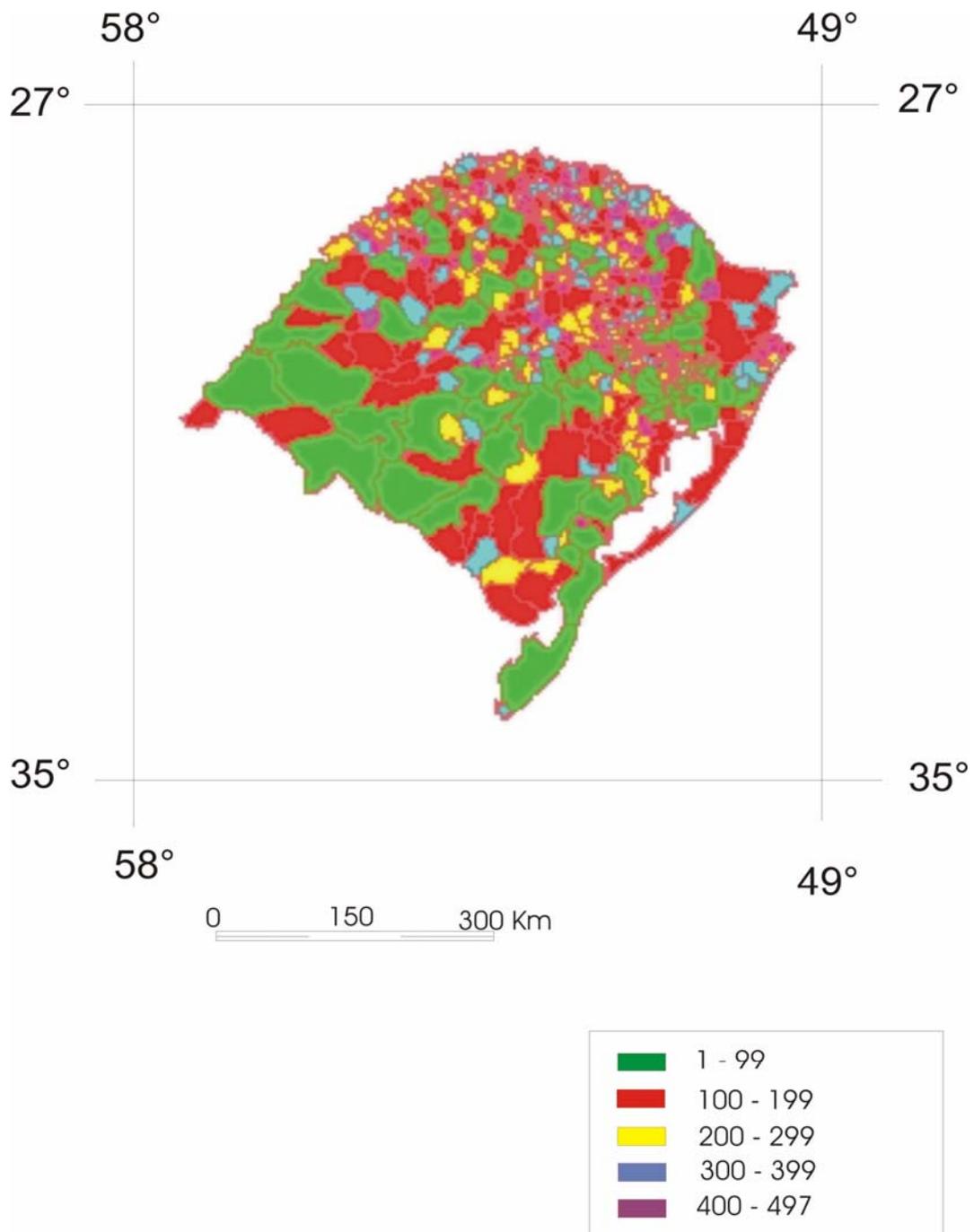


Figura 2 - Mapa do PIB Total por município do Estado do Rio Grande do Sul

A reduzida área ocupada pela Região Nordeste e o alto valor do PIB gerado na Região, fazem com que, ao analisar o PIB gerado por área, encontre-se um valor 1.760% superior quando comparada a Região Sul e de 735% quando comparada a Norte, o que demonstra esse descompasso na geração do PIB por área regional. Na Figura 3 fica clara essa diferença entre a geração do PIB por área nos municípios da Região Nordeste, Norte e Sul.

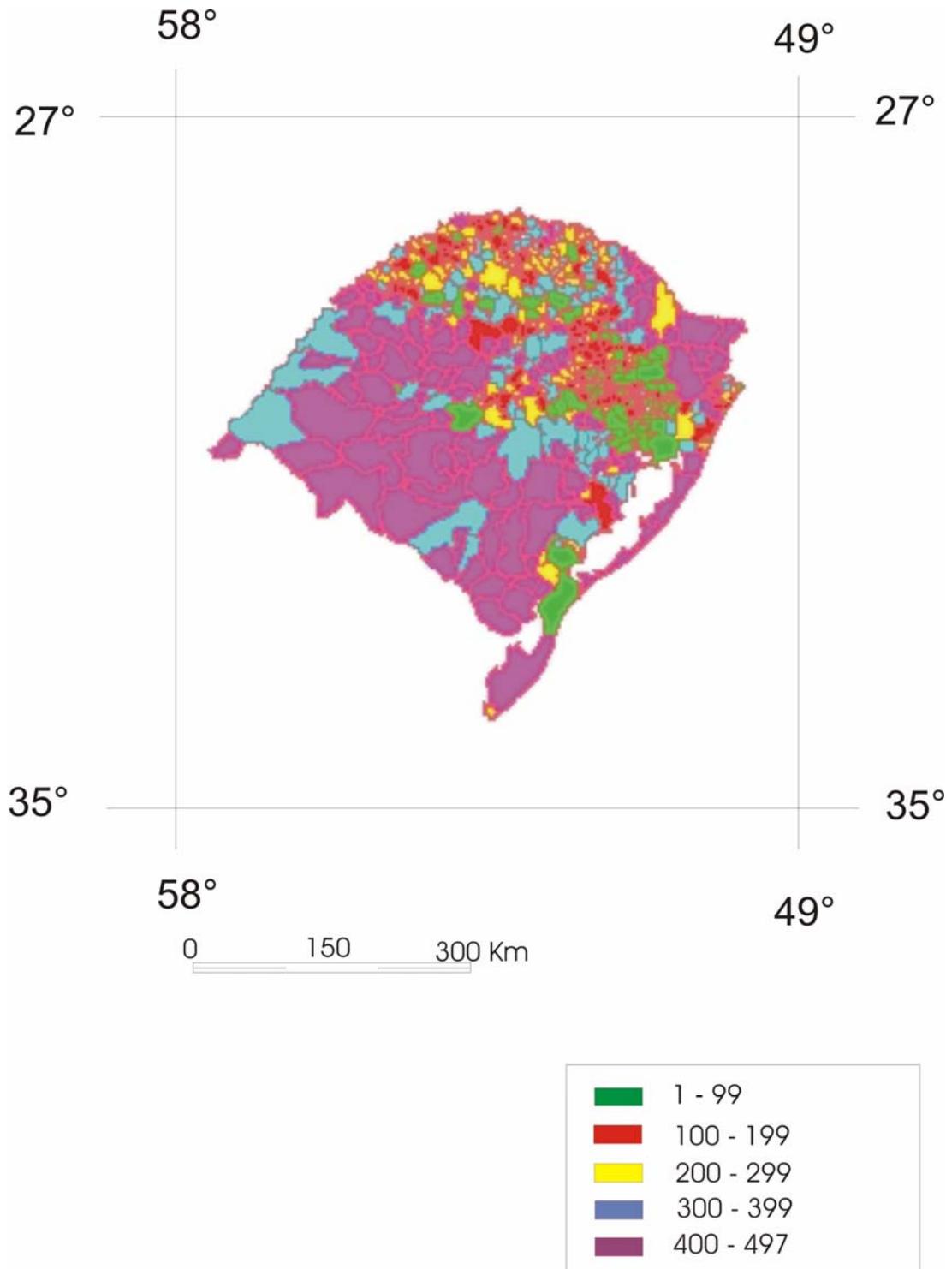


Figura 3 - Mapa do PIB por área por município do Estado do Rio Grande do Sul

Com relação ao Valor Adicionado Bruto não é diferente. Da mesma maneira que ocorre com o PIB, ao observarmos o VAB Total por município do Estado (Figura 4), visualiza-se que os municípios localizados nas Regiões Sul e Norte apresentam um maior Valor Adicionado Bruto.

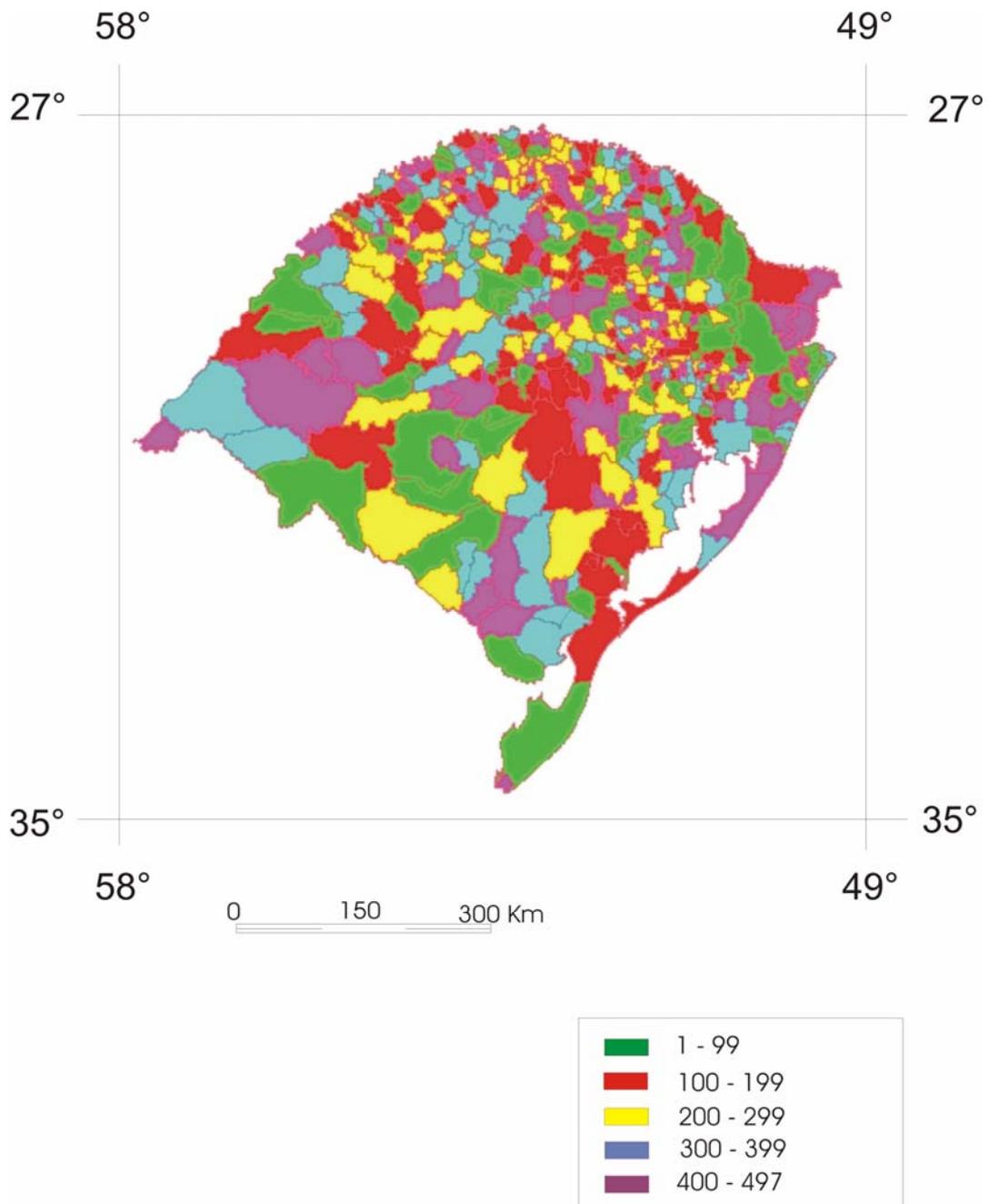


Figura 4 - Mapa do VAB Total por município do Estado do Rio Grande do Sul

No entanto, ao analisarmos o VAB por área dos municípios (Figura 5), observa-se que há uma concentração na Região Nordeste e também na Norte, em detrimento da Sul, demonstrando este quadro de desigualdades entre as Regiões.

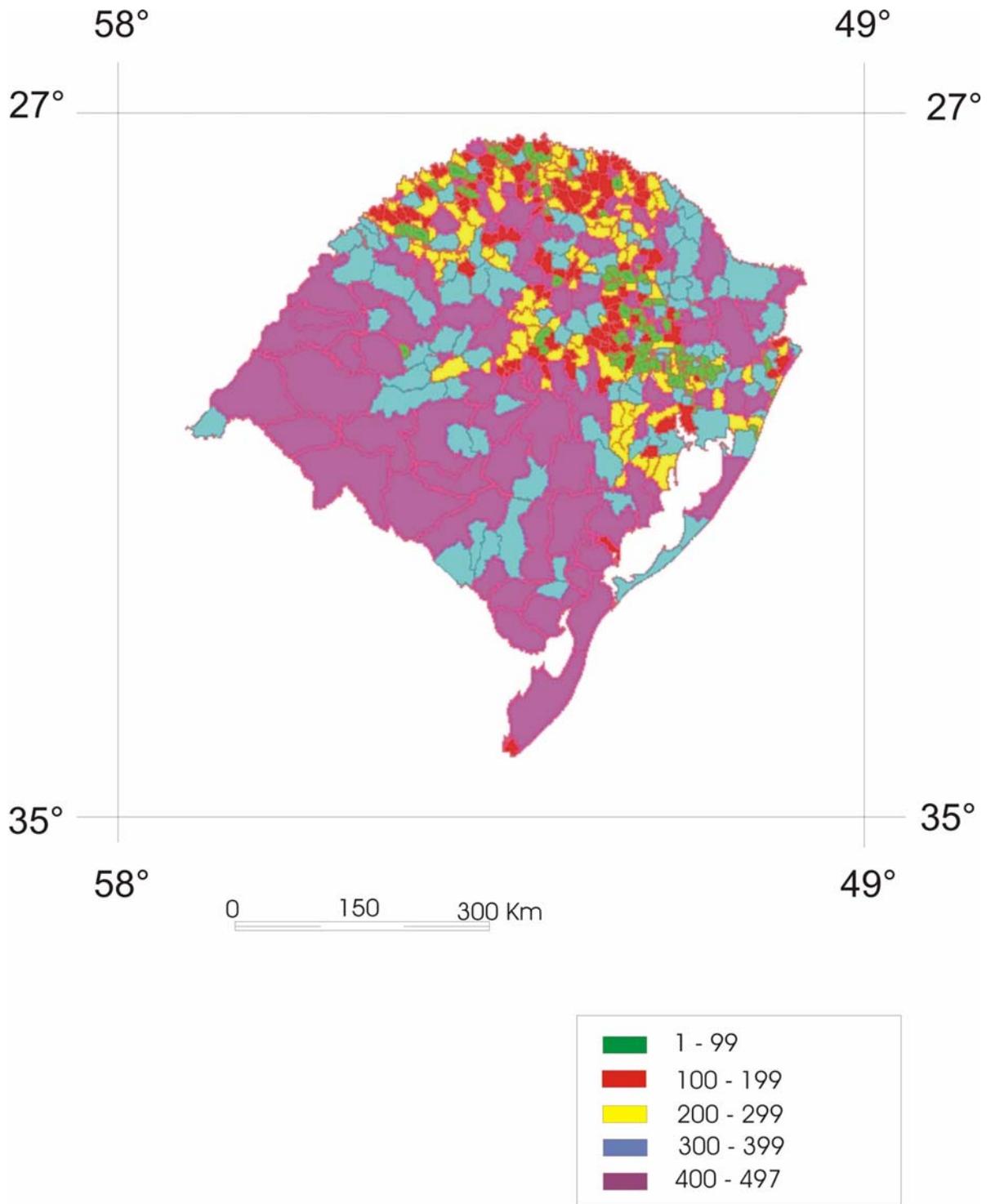


Figura 5 - Mapa do VAB por Área por município do Estado do Rio Grande do Sul

3.2.2. Participação do VAB da Agropecuária das regiões no Rio Grande do Sul

A análise da participação percentual do valor agregado da agropecuária das Regiões no Rio Grande do Sul (Tabela 7) no período de 1939 a 2002 demonstra que a Região Norte sempre teve a maior participação, com uma média de 50,5%, seguido pela Região Sul (35,6%). A Região Nordeste participa em média com pouco mais de 13,7%.

Tabela 7- Participação percentual do VAB da Agropecuária das Regiões no total do Rio Grande do Sul.

Região	1939	1959	1970	1980	2002*
Nordeste	16,77	13,50	11,77	10,95	15,53
Norte	44,12	52,69	54,03	49,95	51,60
Sul	39,11	33,79	33,18	39,08	32,87
Total RS	100	100	100	100	100

Fonte: Baseado em Alonso et al. (1994). * Dados obtidos da FEE e IBGE

A Região Norte apresentou, no período de 1950 a 1970 um aumento da sua participação, como já foi citado anteriormente, o “sucesso” da lavoura de soja e trigo nesse período é, com certeza um dos principais fatores para esses valores. Após uma pequena queda na década de 1980, a participação se eleva novamente no ano de 2002, provavelmente devido a safra agrícola bem sucedida e os bons preços obtidos pelas commodities, principalmente soja, considerando que esta Região possui uma alta concentração de lavouras no Estado (ver anexo 5).

A Região Sul, por sua vez, também manteve sua participação a nível Estadual sem grandes variações, com exceção da década de 1980, onde consolida-se a cultura do arroz como importante atividade econômica na Região.

A Região Nordeste não tem na agropecuária sua principal atividade econômica, portanto, a sua participação a nível estadual se mantém reduzida percentualmente.

A participação da Região Nordeste é cerca de 3 vezes inferior à Norte, que tem maior representatividade do VAB da agropecuária, a característica produtiva desta região, baseada na lavoura e na diversificação de produtos é o fator principal

para esses valor, ao contrário do que acontece na Sul, onde, de acordo com Bandeira (2003),

Embora a participação da pecuária no Valor da Produção se tenha reduzido, a ascensão da lavoura não implicou uma diversificação mais ampla da produção agrícola na região, devendo-se quase exclusivamente à expansão de um único produto, o arroz.

Esses valores demonstram a importância das Regiões Norte e Sul na geração do VAB da agropecuária no Rio Grande do Sul, onde são responsáveis, juntas, por cerca de 87% do VAB estadual. Porém, ao observar-se a Tabela 8, onde esta participação percentual é transformada em geração econômica por área, nota-se que a participação é bem diferente. A Região Nordeste, que participa com 15,53% do VAB da Agropecuária no Estado, gera, por área um valor quase 3 vezes superior a Sul, o que demonstra a dinâmica deste setor na Região Nordeste. Esta constatação fica evidente quando se compara a área de cada região, onde a Região Sul detém 53,32 % da área do Estado contra apenas 8,98% da Região Nordeste.

Na Região Norte, o valor do VAB da agropecuária não é tão inferior a da Região Nordeste, mas considerando que a área ocupada pela Região Norte é 4 vezes superior, este valor é bastante significativo.

Tabela 8 - Contribuição econômica do VAB da Agropecuária, Indústria e Serviços por área das Regiões do Rio Grande do Sul.

Região	VAB/AREA (R\$/ Km ²)		
	Agropecuário	Indústria	Serviços
Nordeste	92.641,25	1.117.082,59	1.072.644,95
Norte	83.421,45	98.663,48	117.362,31
Sul	33.014,92	33.188,89	58.170,24

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados obtidos da FEE e IBGE

Ou seja, mesmo tendo uma representatividade menor em termos percentuais, a agropecuária na Região Nordeste agrega por área um valor superior as demais regiões. É interessante ressaltar que o VAB agropecuário na Região Nordeste representa somente 4,06%, contra 48,94% do VAB industrial e 47,00% do VAB referente aos Serviços. Assim fica evidenciada a dinâmica que envolve a

agropecuária na região e o processo de estagnação econômica em que se encontra a Região Sul.

3.3. As desigualdades Regionais e o Setor Agropecuário

A partir da análise dos dados, observa-se que o Rio Grande do Sul apresentou um processo de concentração populacional, industrial e econômica nas últimas décadas em uma Região, a Nordeste. Este fato permite afirmar que o quadro de desigualdades regionais do Estado foi ficando mais evidente, fazendo com que as Regiões Sul e Norte estejam sendo afetadas por esse processo de concentração. Do ponto de vista do Setor Agropecuário, o que se verifica é que este recebe influências dessas desigualdades, refletindo no desenvolvimento econômico das Regiões.

Com relação a expansão e diversificação industrial da Região Nordeste do Estado, Bandeira (2003) afirma que

(...) contrastava com o baixo crescimento manufatureiro no sul, explica-se não apenas pela transferência de capitais do comércio de produtos agrícolas coloniais para a indústria (movimento que não teve paralelo no sul), mas principalmente pela estrutura dos mercados consumidores das duas regiões.

O setor agropecuário das Regiões Norte e Sul baseia-se, principalmente, na produção de commodities. No caso da soja, apesar da expressiva queda dos preços internacionais do grão desde a década de 1970, a produção aumentou consideravelmente.

Nesse mesmo sentido, Vieira (1998) afirma que

(...) os produtores de “commodities” de base tecnológica menos intensiva, em geral com menor capacidade de captar e processar a informação tecnológica, mercadológica e gerencial com rapidez acabam, na maioria das vezes, acumulando perdas significativas que são absorvidas via descapitalização da propriedade ou via aviltamento da remuneração do seu trabalho e dos membros de sua família, ou ainda pela sua exclusão do mercado.

A Região Norte apresenta, em grande parte de seu território, o desenvolvimento da cultura de grãos, principalmente a soja, a qual é comercializada basicamente *in natura*. No entanto, também apresenta um grande número de agroindústrias, o que faz com que os produtos agrícolas sofram algum tipo de agregação de valor, fazendo com que haja um maior retorno econômico para a atividade. No entanto, na Região Sul, com exceção de alguns casos bem-sucedidos, geralmente ocorre a venda de produtos agropecuários *in natura*, produto esse que segue dois caminhos; ou é exportado desta maneira ou será beneficiado na Região Nordeste, fazendo com que a agregação de valor se dê nessa Região, aumentando ainda mais as desigualdades entre as Regiões do Estado.

É claro que, paralelo a isso, ocorre a necessidade de mão-de-obra e a conseqüente concentração populacional nessa região. A medida que aumentam as oportunidades de emprego, seja através da indústria ou dos serviços ocorre, conseqüentemente, essa concentração, que culmina com um mercado consumidor mais representativo e por vezes com maior poder aquisitivo quando comparado a áreas onde esse fenômeno não ocorre.

É importante ressaltar que as atividades desenvolvidas em uma região onde o poder aquisitivo da população é superior costumam ter maior probabilidade de sucesso, que poderão despende um valor maior pelos produtos agropecuários, possibilitando o desenvolvimento de atividades mais dinâmicas na Região Nordeste, por vezes diferenciadas, como é caso da criação de avestruzes e búfalos.

E esse dinamismo e diversificação é pouco verificado na Região Sul, onde desde cedo ficou claro que os estancieiros não possuíam espírito empreendedor, uma vez que não procuraram melhorar os rebanhos de gado para competirem com o charque platino, tampouco buscaram aperfeiçoamento na confecção do charque. Com relação a diversificação, até hoje ainda há predomínio da pecuária (ver anexo 8) em detrimento ao consórcio lavoura/pecuária, mais rentável economicamente. Jansen (2004) afirma que até hoje se desenvolve, predominantemente, a pecuária extensiva e a agricultura em grandes propriedades.

No que diz respeito a essa característica, em relação ao Sul do estado, de que aí existem apenas grandes propriedades, Ribeiro (2002) cita que os estabelecimentos com até 100 ha são a maioria, representando cerca de 70% das propriedades da região. Levando em consideração que esses são pequenos produtores para os padrões de tamanho de propriedade da Região Sul, observa-se

que se mantém a tradição na pecuária de corte, a qual vai sendo transmitida através de gerações e independe de área física, conduzindo assim ao baixo retorno econômico por área .

De acordo com Calcanhotto (2001),

(...) nestas áreas, os municípios estão submetidos a uma menor pressão econômica das áreas urbanas–industriais em relação ao meio rural onde, nestas circunstâncias, a tendência é que as atividades agropecuárias sejam desenvolvidas com menores exigências no uso de capital e mão-de-obra, conseqüentemente, gerando produtos de restrito valor agregado - arroz irrigado e a pecuária de corte.

Com relação a cultura do arroz, houve resistência de grande parte dos pecuaristas quanto a envolver-se, em grande escala, com atividades que exigissem um dispêndio significativo na aquisição de máquinas e implementos, como seria o caso da lavoura, gerando riscos de perdas significativas. Fraquelli (1979) afirma que a lavoura, quando surgia nas estâncias, em geral ficava caracterizada como atividade complementar, reduzida a um distante segundo plano em relação à pecuária. Mais freqüentemente, aparecia como resultado da atuação de arrendatários, que arcavam com todas as incertezas inerentes ao empreendimento. Visto a partir da perspectiva do proprietário de terras, o arrendamento para cultivo do arroz rapidamente passou a caracterizar-se como uma alternativa segura, isenta de riscos, para aumento da receita.

Grande parte dos primeiros produtores de arroz do Sul não eram necessariamente ligados à agropecuária, sendo comerciantes ou empresários, geralmente de outras áreas do Estado que iniciaram a atividade como arrendatários.

Alonso et al (1994) citam que apenas após o enriquecimento dos pioneiros é que os estancieiros tradicionais (em geral os elementos pertencentes a gerações mais novas) começaram, eles próprios, a cultivar arroz, com a comprovação das vantagens econômicas da orizicultura.

De acordo com Bandeira (2003)

(...) um fator que deve ser levado em conta para explicar a escassa diversificação do setor primário do sul é a inadequação de parte significativa das terras, em certas áreas, para a lavoura. Menos de 29% dos solos da região prestam-se para o uso permanente com culturas temporárias, contra mais

de 44% no norte, a qual bem mais complexa, do ponto de vista econômico, do que a sul. Embora, no conjunto, sua estrutura produtiva ainda esteja associada basicamente à agropecuária e à agroindústria, nela coexistem sub-regiões bastante diferenciadas.

Nesse mesmo sentido sabe-se que o fato da base produtiva ser diversificada faz com que a Região tenha como característica a capacidade de fazer com que as demais atividades provenientes da agropecuária tenham uma dinâmica que possibilite não depender de apenas um produto basicamente, como foi por muitos anos a realidade da Região Sul, uma vez que, de acordo com Bandeira (2003), “o capital e a capacidade empresarial apresentam grande mobilidade geográfica, sendo capazes de migrar em busca de oportunidades favoráveis”.

Nesse sentido, sabe-se que uma atividade bastante dinâmica é a avicultura de corte (anexo 7), que se desenvolveu rapidamente no País e está localizada principalmente na Região Nordeste e uma parcela na Região Norte, visivelmente no trajeto até Santa Catarina, onde está a maior parte das indústrias beneficiadoras. De acordo com Sorj (*apud* SILVA, 2004), “isso se deve em grande parte ao alto grau de controle do processo biológico, isto é, diferentemente de outras atividades agropecuárias o seu desempenho não depende de solo e clima”. Bortoglio et al (2004) citam que

(...) uma característica da produção avícola de corte é a alta conversão de cereais em carne, proporcionando melhores índices de produtividade, baseados em retornos mais rápidos. A empresa integradora transforma seu capital, na forma de insumos, em produtos finais em curto espaço de tempo, eliminando grande parte dos riscos existentes no processo produtivo.

Também verifica-se que a maior concentração das unidades produtivas encontra-se em propriedades com características de agricultura familiar, ou seja, baixa mecanização e pequenas extensões, onde a produção avícola de corte brasileira se diferencia das outras atividades agropecuárias no que se refere às relações existentes entre as unidades produtivas e a indústria.

Neste mesmo sentido, Scussel (2002) afirma que as criações de pequeno porte desenvolvidas próximas a Porto Alegre estão, muitas vezes, localizadas na

sede da região ou próximas a ela, obtendo, com a proximidade, relativas facilidades logísticas e inúmeras vantagens comerciais.

A agropecuária desenvolvida na Região Nordeste encontra inúmeras vantagens com relação a Sul e Norte. Castle (1987) apud Abramovay (2003) coloca que

(...) o bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso está ligado e depende da atividade econômica das áreas mais densamente povoadas, não sendo uma coincidência o fato de que as áreas rurais mais prósperas tenham estreitos laços econômicos com outras partes do mundo e com grandes centros urbanos.

Nesse sentido, Calcanhotto (2001) afirma que há uma tendência da influência que o meio rural de municípios com altos níveis de industrialização tem de desenvolver atividades com significativo valor agregado, intensivas em mão-de-obra e capital, como ocorre com as criações de aves sob o regime de confinamento e com o cultivo de hortigranjeiros, comportamento que difere em municípios onde o fenômeno da industrialização e urbanização são inferiores.

Com relação a essa afirmação, Miguel e Kuhn (2002), citam que

As atividades agropecuárias existentes na Região Metropolitana de Porto Alegre são extremamente variadas, situação ligada ao caráter metropolitano dessa região. De um modo geral, nas áreas de planície e de coxilhas, são desenvolvidas a criação extensiva (principalmente bovinos de corte e secundariamente de leite), o reflorestamento e atividades agrícolas (principalmente atividades agrícolas e olericultura). Nas áreas de relevo mais acentuado, são desenvolvidos o reflorestamento e a fruticultura (principalmente a cultura do pêssego), além de outras atividades agrícolas comerciais (cultura da melancia, batata-doce e melão) e de autoconsumo (cultura da mandioca, milho e feijão).

Ao contrário do que se pensa, de que a pecuária de corte é o rebanho de maior relevância econômica para o Estado, de acordo com Fauth (2002), “o número de cabeças de maior relevância para a economia agrícola regional e também para a estadual esteve centrado nos frangos e nas codornas, bem como nas galinhas”. Acrescenta, também, que região metropolitana sempre se mostrou representativa na produção dessas aves, mas que houve uma redução da participação a nível

Estadual, que passou de 10% para 2% em seis anos de análise, o que o autor afirma que “pode ser justificado, provavelmente, pela especialização de criadores para exportação em outras regiões do Estado” (FAUTH, 2002).

Isso demonstra que algumas atividades possuem alta capacidade de agregação de valor, além de propiciarem maior retorno econômico por área, não dependendo da sua localização, mas basicamente do investimento e especialização da atividade, tornando possível seu desenvolvimento em todas as Regiões do Estado.

É claro que a Região Nordeste dispõem, de “importantes vantagens comparativas em relação a outras regiões do RS ou mesmo de outros estados brasileiros; além da proximidade do mercado consumidor e uma grande disponibilidade de mão-de-obra”. (GRANDO e MIGUEL, 2002)

Cada vez mais sabe-se que o sucesso de algumas atividades agropecuárias está ligado a área, principalmente quando o parâmetro “produtividade” chega em seu limite. Nesse caso, a área passa a ser um limitante, uma vez que o preço dos produtos agropecuários apresenta uma tendência à queda nos últimos 20 anos. Portanto, como alternativa busca-se aquelas atividades que agregam mais por área e não se encontram ligadas a questão de escala de produção. Foi constatado, de acordo com Jansen (2002), que 55,7% dos municípios mais pobres localizam-se na região onde predominam o cultivo de grãos, principalmente soja, milho e trigo, o que demonstra a preocupação com alternativas que visem o fortalecimento de atividades que não se consolidam como promotoras de um desenvolvimento efetivo.

Até hoje os projetos de desenvolvimento para a Região Sul priorizam o setor agropecuário, através do incentivo a pecuária de corte, da produção de madeira, lavoura de soja, fruticultura e demais atividades que agregam pouco por área. É claro que na Região Nordeste também são desenvolvidas atividades com baixo valor por área, no entanto a estrutura do mercado consumidor e das oportunidades para industrialização e comercialização são outras, bem diferentes da Região Sul.

Na Região Norte, há a predominância em termos territoriais do binômio soja/trigo, mas também apresenta pequenas propriedades diversificadas, ao contrário da Região Sul. Isso possibilita a busca de alternativas no sentido de diversificação da produção e agroindustrialização, como nos últimos anos o caso da bovinocultura de leite, o que faz com que esta Região ainda consiga se manter com boa representação econômica dentro do Estado. Outra questão a ser considerada é

o fato de apresentar um mercado consumidor com maior representação a nível estadual do que a Sul. Considera-se esses fatores como diferenciais do ponto de vista das desigualdades da agropecuária entre as Regiões.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se afirma que o Rio Grande do Sul encontra-se hoje dividido entre Metade Norte e Metade Sul e que uma região é economicamente rica e a outra pobre, desconsidera-se todo um processo de concentração econômica que teve início no final do século XIX e intensificou-se ao longo do século XX, culminando com uma concentração econômica, populacional e industrial em uma parte da Metade Norte - a Região Nordeste. Este trabalho partiu, portanto, de uma divisão do Estado em três Regiões (Nordeste, Norte e Sul), onde identificou-se que as mesmas apresentam característica bastante distintas. Longe de ser um fato ligado ao passado, ainda hoje se observa que as diferenças se intensificam, promovendo uma desigualdade cada vez mais acentuada entre as Regiões do Estado.

Devido à importância do Setor Agropecuário para o Rio Grande do Sul, procurou-se analisar de que maneira essas desigualdades influenciam o Setor nas Regiões. Assim, foram elaboradas algumas considerações, as quais não têm a pretensão de esgotar o assunto acerca das desigualdades regionais, nem tão pouco ser a solução para elas. No entanto, visam colaborar para o entendimento desse processo de concentração econômica no Estado e na busca de alternativas para que sejam minimizadas essas disparidades.

Nesse sentido, observou-se que a Região Norte tem uma estrutura produtiva diversificada. Esta região possui grandes extensões de lavouras de grãos, onde os produtos são basicamente comercializados *in natura*, respondendo aos preços ditados pelo mercado. Outra característica são as pequenas propriedades diversificadas, onde a industrialização é uma realidade bastante presente. Embora os dados econômicos não apresentem a Região como estagnada, torna-se preocupante que as lavouras de grãos necessitam cada vez mais de área (escala) e do aumento de produtividade para tornarem-se viáveis. Em um prazo mais longo a

região pode vir a apresentar algumas das dificuldades enfrentadas pela Região Sul, apesar das características gerais bastante diferenciadas.

A economia da Região Sul perde força no decorrer do século XX, fazendo com que a mesma encontre-se em um preocupante processo de estagnação econômica. A migração da população em busca de oportunidades, e a não consolidação da indústria foram alguns dos fatores que levaram a essa condição. Também a falta de espírito empreendedor (através da “insistência” na pecuária de corte, onde lavoura de arroz só teve espaço bem mais tarde) colaborou decisivamente para este fato. Várias formas de promover a retomada do crescimento econômico desta Região têm sido buscadas nas últimas décadas. As alternativas foram e continuam sendo baseadas no desenvolvimento da agropecuária, a qual, já se sabe, não foi capaz de sustentar o desenvolvimento da Região em longo prazo.

A agropecuária da Região Nordeste apresenta inúmeras vantagens sobre as Regiões Norte e Sul. Destaca-se um maior mercado consumidor e com maior poder aquisitivo; possibilitando o desenvolvimento de atividades mais dinâmicas, que agregam mais por área. Permite ainda o beneficiamento dos produtos in natura, agregando valor aos mesmos, uma vez que apresenta uma grande concentração industrial. A proximidade com os principais pontos de escoamento de produtos do Estado, possibilita que os produtos agropecuários sejam beneficiados nessa Região, sendo comercializados no próprio Estado ou exportados para outros estados ou países.

Com relação ao mercado consumidor, este representa a maior parcela populacional do Estado. Esses consumidores apresentam, de modo geral, um maior poder aquisitivo, o que possibilita o desenvolvimento de atividades agropecuárias que provavelmente não teriam o mesmo sucesso em outras Regiões.

Algumas atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Nordeste se adaptariam perfeitamente a outras realidades regionais, sendo uma alternativa de desenvolvimento. No entanto, deve-se levar em consideração as características históricas, culturais e sócio-econômicas de cada Região, visando reduzir equívocos na elaboração de políticas para o desenvolvimento regional baseados no desenvolvimento do Setor Agropecuário.

Uma vez compreendido que existem Regiões economicamente distintas dentro do Estado, torna-se fundamental o entendimento dessas desigualdades e de

sua influência no Setor Agropecuário, a fim de que sejam elaboradas políticas eficientes de modo que sejam minimizados os efeitos das desigualdades econômicas regionais sobre o Setor Agropecuário do Rio Grande do Sul.

5. BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ALONSO, José A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul : Causas e Perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.
- ARBAGE, A.P. **Economia Rural: Conceitos Básicos e Aplicações**. Chapecó: Universitária Grifos, 2000. 305p.
- AREND, M., CARIO, S.A.F. Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da Teoria Institucional de Douglass North. **2º Encontro de Economia Gaúcha PUCRS/ FEE**. Porto Alegre, 2004.
- BANDEIRA, P. Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul . *In*: Maria Flora GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, C. A., e GALVÃO, A.C. F. (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões-O desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- CALCANHOTTO, F.A. **Diagnóstico e Análise de Sistemas de Produção no Município de GUAÍBA/RS: uma abordagem agroeconômica**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2001.
- CARVALHO, L.C.P. Os papéis da agricultura no processo de desenvolvimento e suas relações com os demais setores da economia. **Manual de Economia**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1991.
- CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- FAUTH. E. M. Caracterização e evolução recente da produção agropecuária na região metropolitana de Porto Alegre. *In*: GRANDO, M.Z. MIGUEL, L.A. (Orgs.). **Agricultura na Região Metropolitana de POA-Aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.
- FEE – Fundação de Economia e Estatística. **PIB dos Municípios Gaúchos**. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acesso em 05 de fev. 2004.

_____. **VAB dos Municípios Gaúchos**. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acesso em 15 de mar. 2004.

FONCESCA, P. C. D.. **RS:Econômica & Conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRAQUELLI, J. A.. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926. In: DACANAL, j. H., GONZAGA, S. **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1979.

GRANDO, M.Z. MIGUEL, L.A. (Orgs.). **Agricultura na Região Metropolitana de POA-Aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 05 de fev. 2004.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Série Estudos Metodológicos. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 05 de fev. 2004

ILHA, A.S., ALVES, F.D., SARAIVA, L.H.B. Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul: O Caso da Metade Sul. **1º Encontro de Economia Gaúcha PUCRS/ FEE**. Porto Alegre, 2002.

JANSEN, S.L. **Identificação e Caracterização das Atividades Agropecuárias nos Municípios Gaúchos**: Uma comparação com indicadores sócio-econômicos. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2002.

JANSEN, S.L. WAQUIL, P. D.. Identificação e Caracterização das Atividades Agropecuárias nos Municípios Gaúchos: Uma comparação com indicadores sócio-econômicos. **2º Encontro de Economia Gaúcha PUCRS/ FEE**. Porto Alegre, 2004.

MICROSOFT. Excel 2003. Disponível em: <<http://www.microsoft.com>>. Acesso em 20 de mar. 2004.

MIGUEL, L. A. e KÜHN, M. J. Aspectos ambientais e sócio-econômicos do espaço rural metropolitano. In: GRANDO, M.Z. MIGUEL, L.A. (Orgs.). **Agricultura na Região Metropolitana de POA-Aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.

MÜLLER, C. A. **A História Econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Banrisul, 1998.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

RIBEIRO, C. M. "Pecuária familiar" na região da campanha do Rio Grande do Sul. **V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. Florianópolis: SBSP, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **O que é a Metade Sul e o que fazer para desenvolvê-la**. Porto Alegre: CORAG, 1996.

ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHNEIDER, S. Atividades rurais não-agrícolas e transformações do espaço rural: perspectivas recentes. **Cadernos de Desenvolvimento Rural**. Bogotá - Colômbia, 2000.

SCHNEIDER, S. WAQUIL, P.D. Caracterização Socioeconômica dos Municípios Gaúchos e Desigualdades Regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.39, n.3, p.117-142, jul./set., 2001.

SCUSSEL, M. C. B. O rural e o urbano na região metropolitana de Porto Alegre: o processo de expansão metropolitana. *In*: GRANDO, M.Z. MIGUEL, L.A. (Orgs.). **Agricultura na Região Metropolitana de POA-Aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Ed.da UFRGS, 2002.

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO DO RS. **O papel do Gabinete da Metade Sul**. Disponível em: <<http://www.Metadesul.scp.rs.gov.br>>. Acesso em: 10 de out. 2004.

SILVA NETO, B. e FRANTZ, T. R. **Avaliação e caracterização sócio-econômica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul: relatório preliminar**. (Mimeo), 2001.

SILVA, A.C.F., CORREA, A.F., VIANA, J.G.A. Cenários da Cadeia Produtiva Bovina no Rio Grande do Sul. **2º Encontro de Economia Gaúcha PUCRS/ FEE**. Porto Alegre, 2004.

SILVEIRA, V.C.P., BATISTA, I.M., MACHADO, J.A.D. As Diferenças Econômicas no Rio Grande Sul e seus Reflexos no Setor Agropecuário. **2º Encontro de Economia Gaúcha PUCRS/ FEE**. Porto Alegre, 2004.

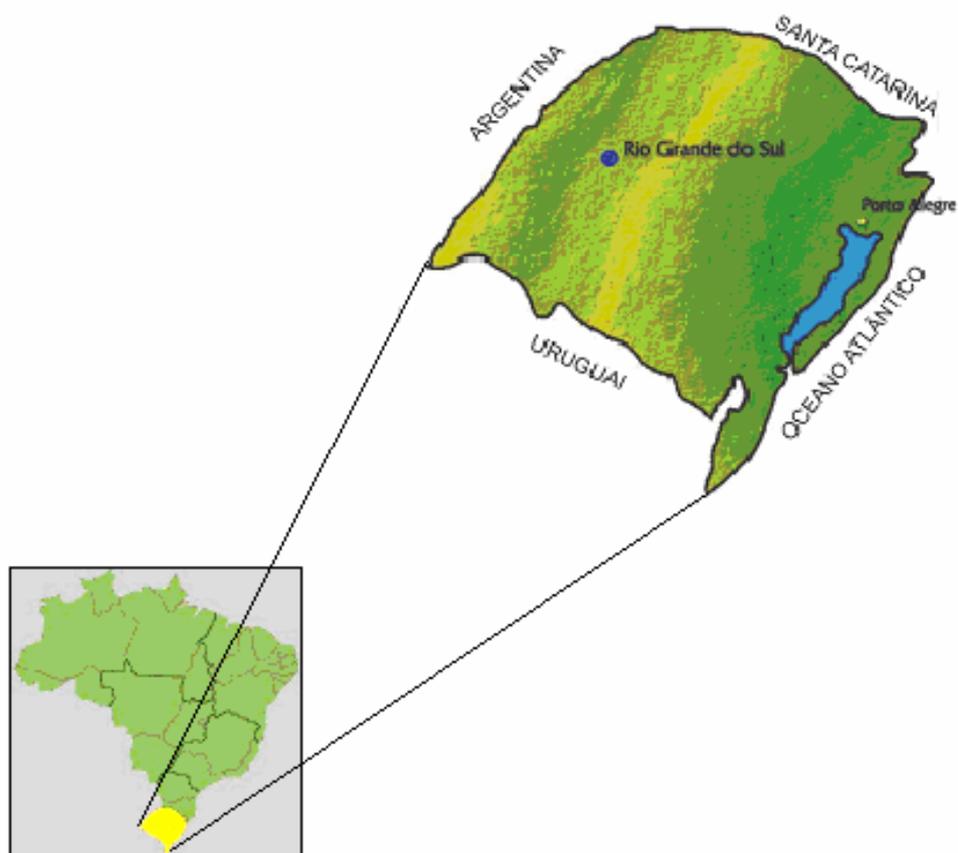
SOUZA, C.F. **Contrastes Regionais e Formações Urbanas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 94p. (Coleção Síntese Rio-Grandense)

VEIGA, J.E. **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO BRASIL: DO ENTULHO VARGUISTA AO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO**. 2001

VIEIRA, L.F. Agricultura e Agroindústria Familiar. **Revista de Política Agrícola**. V. 7(01), p. 11-23. 1998.

ANEXOS

1. MAPA DO RIO GRANDE DO SUL;



2. METODOLOGIA DA DIVISÃO ESTADUAL DE ALONSO ET AL (1994);

Metodologia descrita por Alonso et al (1994) para elaboração da divisão regional do Rio Grande do Sul em Região Nordeste, Norte e Sul:

A primeira tarefa, a de construir as AEC, originalmente exigiu uma pesquisa sobre a formação do território dos municípios criados entre 1940 e 1980. Informações coletadas diretamente na legislação foram comparadas às apresentadas em outros trabalhos – Felizardo (s.d.), Fortes e Wagner (1963) e La Salvia e Marodin (1976) -, resultado daí a obtenção de um conjunto de 58 AEC, cujas fronteiras eram estáveis ao longo do período 1940-80. Posteriormente, essa divisão foi adaptada para incorporar os municípios criados a partir de 1980. Algumas dessas AEC são representadas por uma única municipalidade, sendo as demais compostas por agrupamentos de municípios. Dessa forma, eliminou-se grande parte dos viés estatísticos causados pelas modificações das fronteiras administrativas ao longo do período.

A tarefa seguinte consistiu em estabelecer uma divisão regional auxiliar, apoiada em outras desenvolvidas anteriormente, tendo como base duas diretrizes. A primeira era preservar ao máximo o significado sócio-econômicos para as unidades de área delineadas, de modo que as mesmas guardassem coerência interna dentro do horizonte de tempo sob análise. A segunda era a obediência, na medida do possível, aos limites impostos pelas AEC.

A procura de critérios que garantissem o significado sócio-econômico para as unidades regionais implicou, primeiramente, um levantamento das regionalizações existentes para o Rio Grande do Sul, desenvolvidas no período que se pretendia analisar. Constatou-se, inicialmente, que quase todas tinham caráter pontual, isto é, tratava-se de trabalhos do tipo *cross-section*, e privilegiavam o princípio da homogeneidade. As de maior fôlego revelavam uma visão estrutural que assegurava uma certa permanência dos critérios analisados, como, por exemplo, o da estrutura fundiária. É interessante assinalar ainda que a maioria delas, além de se apoiar sobre a homogeneidade, se assentava sobre análises do Setor Primário, o que se justificava pelo fato de ser o Rio Grande do Sul um estado de longa tradição agropecuária.

Essas constatações contribuíram para fazer com que se preferisse a homogeneidade à polarização como princípio para a divisão regional a elaborar. A polaridade, ao refletir a dinâmica regional, tende a ser muito mais suscetível de mudança quando o horizonte de tempo é longo. Consideraram-se, além disso, as dificuldades bem maiores para identificar fronteiras regionais em espaços polarizados, sobretudo sob forte fator restritivo dos limites impostos pelas AEC.

Duas premissas básicas foram levadas em conta para definir regiões. Buscou-se privilegiar, tanto quanto possível, a permanência das regiões ao longo do tempo. Preferiu-se além disso, ao invés de realizar novos levantamentos, tomar os já existentes e utilizados em outras divisões regionais. Tentou-se, dessa forma, salvaguardar os traços básicos estruturais da realidade e absorver, tanto quanto possível, alguns dos elementos modificadores geo-sócio-econômicos mais evidentes no horizonte de tempo em questão.

Foram selecionadas, como referência, cinco divisões regionais que se apresentavam, aparentemente, mais estáveis no tempo, por se basearem em um maior número de critérios estruturais. Como ponto de partida, para melhor aprender o problema do desmembramento dos municípios, foi utilizado o trabalho de La Salvia e Marodin (1976), que associava um fator natural – a vegetação – às atividades econômicas predominantes e a uma periodização da criação dos municípios, classificando o desmembramento municipal em moderado, acentuado e acelerado. Desse conjunto de critérios resultaram três grandes regiões, que, por sua vez, podem ser desdobradas em cinco, segundo o período de criação dos municípios.

Designou-se essa primeira divisão regional simplesmente como a “divisão regional baseada na evolução municipal”.

Dado que se pretendeu se privilegiar a homogeneidade como princípio básico para se chegar à regionalização desejada – e que uma das finalidades seria proporcionar uma base para a agregação das AEC -, procurou-se uma divisão regional que apresentasse áreas de maior extensão, porém em menor número. A do IBGE define seis mesorregiões para o Rio Grande do Sul, a partir das 24 microrregiões homogêneas organizadas sob critérios relacionados à produção.

Um dos trabalhos de vulto realizados sobre o Setor Primário do Rio Grande do Sul foi o Programa de Investimentos Integrados para o Setor Agropecuário elaborado em 1975, onde foram definidas nove regiões de programação e 27 sub-regiões homogêneas. Os principais critérios utilizados para chegar às mesmas foram, entre outros, a Divisão Regional por Estrutura Fundiária e a Regionalização por Uso Atual dos Solos. Julgou-se oportuno cotejá-los com o Mapa Sócio-Econômico para o Setor Primário, do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária, na escala de 1:750.000. Este último sofreu adaptações no sentido de simplificá-lo para o fim que se tinha em mente, ou seja, o cotejo com as 58 AEC.

Os critérios contemplados por essas divisões regionais relacionavam-se à capacidade do uso dos solos, à estrutura fundiária e ao uso atual dos solos. Julgando-se que estes dois últimos teriam maior influência sobre o desmembramento municipal, já que o primeiro se baseia numa classificação normativa sobre adequação de uso, decidiu-se transcrever da fonte os dois mapas sobre Estrutura Fundiária e Regionalização por Uso Atual dos Solos para cotejo com os anteriores.

Na suposição de que o povoamento associado às atividades econômicas responsáveis pela ocupação do espaço fornecesse alguma pista mais objetiva, tentou-se também reduzir em tamanho maior o mapa da colonização alemã no Rio Grande do Sul, apresentado em Roche (1969), e, a partir da descrição existe no texto, delimitar, em mapa da mesma escala dos anteriores, as nove áreas mencionadas pelo autor. Em que pese ao esforço, a tarefa foi parcialmente realizada. Teve que ser abandonada por ser quase impossível delimitar as áreas a partir de uma reprodução tão reduzida do mapa como a contida no livro e por ser impossível a recuperação do original, certamente realizado em tamanho maior. Tentou-se então definir os limites a partir da descrição do texto, porém os mesmos

referiam-se muitas vezes a acidentes geográficos ou a distâncias a partir dos mesmos, tornando inviável a delimitação precisa das áreas apresentadas pelo autor, uma vez que o território dessas antigas colônias sofreu várias alterações ao se transformarem em municípios ou, posteriormente, quando ocorreram desmembramentos para a constituição de novas unidades administrativas.

Após a seleção dessas cinco divisões regionais, foi organizado um quadro comparativo com a tipologia e o respectivo número de áreas de cada uma delas, cujo resultado propiciou um cotejo entre as mesmas e as AEC, representando estas o fator limitante. Essa comparação foi feita de duas formas. Primeiro, tentou-se reunir aquelas áreas contíguas que se apresentassem conformes a todas, ou, pelo menos, ao maior número possível das divisões regionais selecionadas. Segundo, procurou-se sempre, e na medida do possível, considerar a evolução administrativa, ou seja, a criação dos distritos e a formação de municípios no interior das AEC e no das divisões regionais tomadas como referência.

Chegou-se, assim, aos seguintes resultados, aglutinando espaços que guardassem alguma semelhança entre si:

- a) evolução municipal – constatou-se que seria possível agregar em 17 as 41 áreas contíguas;
- b) estrutura fundiária – 16 áreas;
- c) uso atual dos solos – considerando-se apenas as grandes áreas, seria possível chegar a 11;
- d) microrregiões homogêneas – naturalmente não foram alteradas, totalizando 24;
- e) mesorregiões – não foram agrupadas, já que essas regiões, por si mesmas, constituem uma agregação das 24 microrregiões homogêneas.

Considerando-se que essa quinta divisão é a que apresenta o número mais reduzido de regiões, de maior extensão territorial, em virtude da agregação, tentou-se verificar as AEC, individualmente, se achavam ou não contidas, sem parcelamento, dentro de cada mesorregião. Sendo a conclusão negativa, buscou-se verificar quais as AEC que se achavam parceladas, isto é, com seus municípios constituintes ora em uma, ora em outra mesorregião. A intenção básica das duas sistemáticas era aglutinar as áreas que apresentassem identidade de aspectos e distinguir e delimitar áreas que apresentassem diferenciação quando incrustadas num espaço significativo quanto aos critérios estabelecidos.

Tentou-se, então, reunir todas aquelas áreas contíguas que se apresentassem conformes as quatro divisões regionais.

- a) microrregiões homogêneas;
- b) estrutura fundiária;
- c) evolução municipal;
- d) uso atual dos solos.

O mesmo procedimento foi adotado de forma sucessiva, considerando-se áreas comuns a três e as duas divisões regionais. Não foram incluídas nesse processo as mesorregiões, por já se ter feito um ensaio com elas, conforme explicado acima. Através dessa sistemática, duas grandes extensões de território apareceram no mapa das AEC como passíveis de aglutinação: o Sudoeste, correspondendo ao que se convencionou chamar de “Campanha”, e o Nordeste, correspondendo a denominação genérica de “Campos de Cima da Serra” o “Campos de Vacaria”.

Superpondo-se os mapas das quatro divisões regionais sobre o das AEC, foi possível identificar outras áreas que apresentavam critérios genéricos comuns a quatro, três a duas divisões regionais. Através dessa sistemática buscando-se aglutinar por associações e descartar-se quando seccionassem as AEC, chegou-se a 17 conjuntos regionais com critérios comuns a quatro, três e duas divisões regionais, ou ainda, um conjunto de critérios diversificados e onde um critério da divisão regional foi unanimemente dominante a três secundariamente dominantes. Ainda que se tenha tentado obedecer ao fator restritivo²⁰, representado pelos limites

²⁰ Os 17 conjuntos regionais obtidos foram os que seguem.

- 1 Conjunto Metropolitano e Perimetropolitano Policultor.
- 2 Conjunto Metropolitano e Perimetropolitano de Pecuária Bovina.
- 3 Conjunto Litorâneo.
- 4 Conjunto Nordeste.
- 5 Conjunto Colonial da Encosta do Planalto.
- 6 Conjunto Policultor Vinícola.
- 7 Conjunto Colonial do Rio Taquari.
- 8 Conjunto de Trigo/Soja Associado à Pecuária Bovina e Suína.
- 9 Conjunto Policultor do Alto Uruguai.
- 10 Conjunto de Pecuária Associada a Trigo e Soja.
- 11 Conjunto de Criação de Bovinos com Estrutura Fundiária Indefinida Dominante.
- 12 Conjunto Fumicultor.
- 13 Conjunto Sudoeste.
- 14 Conjunto de Pecuária Associada a Arroz.
- 15 Conjunto de Transição do Vale do Jacuí.
- 16 Conjunto Heterogêneo do Sudoeste
- 17 Conjunto de Pecuária com Estrutura Fundiária Indefinida

das AEC na definição dos 17 conjuntos regionais, em alguns casos não se conseguiu esse intento, acabando-se por seccionar algumas dentre elas.

- Após o cumprimento dessa etapa, passou-se a dispor de dois elementos que, tomados em conjunto, poderiam permitir que se obtivesse uma divisão regional que atendesse as necessidades de uma análise de longo prazo: de um lado, o esquema constituído pela 58 AEC e, do outro, o sistema formado pelos 17 “conjuntos regionais”.

Se as fronteiras das 58 AEC fossem compatíveis com os limites dos 17 Conjuntos Regionais, o trabalho para se obter a divisão regional teria sido restrito a uma simples agregação de algumas das AEC. No entanto a superposição dos respectivos mapas demonstrou que não existia uma compatibilidade total, requerendo-se um terceiro esforço no sentido de atingir nova regionalização constituídas de áreas que, simultaneamente, guardassem alguma singularidade sócio-econômica e apresentassem fronteiras estáveis ao longo do tempo.

Caso se utilizasse todo o detalhamento espacial permitido pelos critérios utilizados para a definição das AEC, ter-se-iam 58 regiões. Todavia, ao observar-se esse universo, percebeu-se que não teria muito sentido estudar separadamente algumas dessas áreas, pois apresentavam características bastantes semelhantes, como era o caso de muitas das situadas na zona da Campanha. Na verdade, exemplos similares podiam ser encontrados em vários pontos do território do Estado.

Por essa razão decidiu-se verificar, dentre os 17 conjuntos regionais, quais os que implicavam o seccionamento de áreas estatisticamente comparáveis, de modo a reaglutiná-los seguindo as fronteiras das AEC mesmo que assim se sacrificassem alguns dos critérios sócio-econômicos antes estabelecidos. Optou-se por preservar a comparabilidade dos dados ao longo do tempo, ainda que isso implicasse perdas quanto a homogeneidade das regiões. Isso também permitiu obter um número mais reduzido de áreas.

Uma das razões que levaram a decisão de trabalhar com número menor de regiões foi a conveniência de usar áreas de tamanho não excessivamente diferenciado. Caso as regiões tivessem dimensões muito desiguais, seria dificultado o estudo das causas do crescimento econômico, tendo em visto a atuação das forças determinantes da expansão das economias regionais são, ao menos em certo grau, sensíveis ao tamanho da região como expressão econômica.

Deve-se reafirmar, todavia, que o principal critério usado para delinear as regiões foi, tanto quanto possível, o da predominância dos caracteres de homogeneidade embutidos nos critérios considerados na definição dos “conjuntos regionais”. Apesar disso, em muitas das grandes regiões a que se chegou, houve necessidade de sacrificar tais critérios em favor da preservação da comparabilidade dos dados estatísticos. Fica claro, então, que em algumas situações foi inevitável a adoção de certa dose de arbitrariedade, sem que isso significasse um sacrifício total do princípio da homogeneidade.

O resultado desse procedimento foi a obtenção de 7 regiões contíguas, denominadas “unidades regionais”, com fronteiras estáveis ao longo do período 1940-1980, que guardam características predominantes de homogeneidade. Para o período de 1960-1980 foi possível usando-se a mesma premissa – homogeneidade e considerando-se as mesmas restrições impostas pelas AEC, desdobrar essas “unidades” em sub-regiões ou “subunidades regionais”.

Outras restrições surgiram na medida em que se tornava mais detalhada a divisão regional, sendo a principal delas a opacidade ou falta de nitidez nas áreas de fronteiras entre algumas das subunidades. A obtenção desse cenário geograficamente mais detalhado teve como finalidade atingir uma visão mais clara dos padrões de crescimento no interior das “unidades regionais”. Buscou-se destacar, sempre que possível, no delineamento das “subunidades regionais”, os centros urbanos, que, pelo seu porte e/ou crescimento rápido mereciam uma análise mais detalhada. Esse procedimento teve como finalidade permitir a análise do processo de crescimento desigual dentro das unidades regionais.

Optou-se, portanto, por desenvolver uma nova divisão regional, agora baseada em um critério de “homogeneidade histórica”, sem que fosse abandonada a preocupação com a comparabilidade dos dados ao longo do tempo. Na verdade, esse é o único critério capaz de servir de base para a definição de um conjunto de regiões que possa ser utilizado para análises de prazo muito longo. É óbvio que não se desconhecem as dificuldades implícitas na conceituação do que possam ser regiões “historicamente homogêneas”, bem como na sua identificação em situações concretas.

Tendo como referência esse critério e buscando apoio na literatura relativa a história econômica do Estado, subdividiu-se o Rio Grande do Sul em três grandes regiões.

A primeira das grandes regiões é a Sul, cujo traço histórico-econômico fundamental, é a estrutura fundiária caracterizada pela concentração da posse da terra, formada a partir das sesmarias, doadas nos últimos tempos do período colonial e no alvorecer do Império brasileiro. Pode-se afirmar que dessa estrutura fundiária decorrem, em última análise, outros aspectos que caracterizam a sociedade local até o presente, como a concentração da renda, os centros urbanos esparsos, a reduzida densidade da população rural e o predomínio da pecuária²¹.

A segunda é a Nordeste, atualmente industrializada e com grandes concentrações urbanas, constituída pelo eixo Porto Alegre- Caxias do Sul e por algumas áreas no seu entorno. Nessa região- cujos traços históricos sofreram forte influência do processo de colonização, do qual herdou uma estrutura fundiária, onde predominam as pequenas propriedades-, começou a constituir-se, a partir do início do século passado um parque industrial, que progressivamente suplantou a agricultura e assumiu um papel hegemônico na economia local. Essa área caracteriza-se, na atualidade, pelas grandes aglomerações urbanas.

A última é a Norte, predominantemente agrária, que compreende, grosso modo, a área do Planalto. As características de sua estrutura econômica foram fortemente influenciadas pela migração de elementos oriundos das áreas coloniais mais antigas, levando à ocupação de áreas florestais e a desmembramento de alguns latifúndios, preexistentes, fazendo com que predominassem a pequena e a média propriedades. Trata-se de uma região muito heterogênea, onde uma população inicialmente muito diversificada tendeu a ceder, paulatinamente, em muitas áreas, espaço para as lavouras mecanizadas do trigo e da soja. Certas cidades dessa região conseguiram, com o passar do tempo, sediar algum crescimento industrial diretamente vinculado à produção primária, seja pelo processamento de produtos agrícola locais, seja pela produção de insumos e implementos para a lavoura.

²¹ Bem como a incapacidade para sustentar um processo continuado de crescimento manufatureiro, nos momentos decisivos do início da industrialização do Estado.

3. MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM AS REGIÕES DO ESTADO.

REGIÃO NORDESTE- Alto Feliz, Alvorada, Antônio Prado, Araricá, Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Barão, Barra do Ribeiro, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Bom Princípio, Brochier, Cachoeirinha, Campo Bom, Canela, Canoas, Capão da Canoa, Capela de Santana, Capivari do Sul, Caraá, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cerro Grande do Sul, Cidreira, Coronel Pilar, Cotiporã, Dois Irmãos, Dom Pedro de Alcântara, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Fagundes Varela, Farroupilha, Feliz, Flores da Cunha, Garibaldi, General Câmara, Glorinha, Gramado, Gravataí, Guaíba, Harmonia, Igrejinha, Imbé, Itati, Ivoti, Lindolfo Collor, Linha Nova, Mampituba, Maquiné, Maratá, Mariana Pimentel, Monte Belo do Sul, Montenegro, Morrinhos do Sul, Morro Reuter, Nova Hartz, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Osório, Palmares do Sul, Pareci Novo, Parobé, Picada Café, Pinto Bandeira, Poço das Antas, Portão, Porto Alegre, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Salvador do Sul, Santa Maria do Herval, Santa Tereza, Santo Antônio da Patrulha, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Leopoldo, São Marcos, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Tapes, Taquara, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Coroas, Três Forquilhas, Triunfo, Tupandi, Vale Real, Vale Verde, Veranópolis, Viamão, Vila Flores, Xangri-lá.

REGIÃO NORTE- Água Santa, Agudo, Ajuricaba, Alecrim, Alegria, Almirante Tamandaré do Sul, Alpestre, Alto Alegre, Ametista do Sul, André da Rocha, Anta

Gorda, Aratiba, Arroio do Meio, Arroio do Tigre, Arvorezinha, Augusto Pestana, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Guarita, Barra do Rio Azul, Barra Funda, Barracão, Barros Cassal, Benjamin Constant do Sul, Boa Vista das Missões, Boa Vista do Buricá, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Bom Jesus, Bom Progresso, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Bossoroca, Bozano, Braga, Cacique Doble, Caibaté, Caiçara, Camargo, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Campina das Missões, Campinas do Sul, Campo Novo, Campos Borges, Candelária, Cândido Godói, Canudos do Vale, Capão Bonito do Sul, Capitão, Carazinho, Carlos Gomes, Casca, Caseiros, Catuípe, Centenário, Cerro Grande, Cerro Largo, Chapada, Charrua, Chiapeta, Ciríaco, Colinas, Colorado, Condor, Constantina, Coqueiro Baixo, Coqueiros do Sul, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Coxilha, Crissiumal, Cristal do Sul, Cruz Alta, Cruzaltense, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Derrubadas, Dezesseis de Novembro, Dois Irmãos das Missões, Dois Lajeados, Dona Francisca, Doutor Maurício Cardoso, Doutor Ricardo, Encantado, Engenho Velho, Entre Rios do Sul, Entre-Ijuís, Erebangó, Erechim, Ernestina, Erval Grande, Erval Seco, Esmeralda, Esperança do Sul, Espumoso, Estação, Estrela, Estrela Velha, Eugênio de Castro, Faxinal do Soturno, Faxinalzinho, Fazenda Vilanova, Floriano Peixoto, Fontoura Xavier, Forquetinha, Fortaleza dos Valos, Frederico Westphalen, Gaurama, Gentil, Getúlio Vargas, Giruá, Gramado dos Loureiros, Gramado Xavier, Guabiju, Guaporé, Guarani das Missões, Herveiras, Horizontina, Humaitá, Ibarama, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ibirapuitã, Ibirubá, Ijuí, Ilópolis, Imigrante, Independência, Inhacorá, Ipê, Ipiranga do Sul, Irai, Itapuca, Itatiba do Sul, Jaboticaba, Jacuizinho, Jacutinga, Jaquirana, Lagoa Bonita do Sul, Lagoa dos Três Cantos, Lagoa Vermelha, Lagoão, Lajeado, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Machadinho, Marau, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Marques de Souza, Mato Castelhana, Mato Leitão, Mato Queimado, Maximiliano de Almeida, Miraguaí, Montauri, Monte Alegre dos Campos, Mormaço, Muçum, Muitos Capões, Muliterno, Não-Me-Toque, Nicolau Vergueiro, Nonoai, Nova Alvorada, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Boa vista, Nova Bréscia, Nova Candelária, Nova Prata, Nova Ramada, Novo Barreiro, Novo Machado, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Paim Filho, Palmeira das Missões, Palmitinho, Panambi, Paraí, Passa Sete, Passo Fundo, Paulo Bento, Paverama, Pejuçara, Pinhal, Pinhal da Serra, Pinheirinho do Vale, Pirapó, Planalto, Pontão, Ponte Preta, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Pouso Novo, Progresso, Protásio Alves, Putinga, Quatro Irmãos, Quinze de

Novembro, Redentora, Relvado, Rio dos Índios, Roca Sales, Rodeio Bonito, Rolador, Ronda Alta, Rondinha, Roque Gonzales, Sagrada Família, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Salvador das Missões, Sananduva, Santa Bárbara do Sul, Santa Cecília do Sul, Santa Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, Santo Augusto, Santo Cristo, Santo Expedito do Sul, São Domingos do Sul, São Francisco de Paula, São João da Urtiga, São João do Polêsine, São Jorge, São José das Missões, São José do Herval, São José do Inhacorá, São José do Ouro, São José dos Ausentes, São Luiz Gonzaga, São Martinho, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro das Missões, São Pedro do Butiá, São Valentim, São Valentim do Sul, São Valério do Sul, Sarandi, Seberi, Sede Nova, Segredo, Selbach, Senador Salgado Filho, Serafina Corrêa, Sérico, Sertão, Sete de Setembro, Severiano de Almeida, Sinimbu, Sobradinho, Soledade, Tabaí, Tapejara, Tapera, Taquari, Taquaruçu do Sul, Tenente Portela, Teutônia, Tio Hugo, Tiradentes do Sul, Travesseiro, Três Arroios, Três de Maio, Três Palmeiras, Três Passos, Trindade do Sul, Tucunduva, Tunas, Tupanci do Sul, Tuparendi, Ubiretama, União da Serra, Vacaria, Vale do Sol, Vanini, Venâncio Aires, Vera Cruz, Vespasiano Correa, Viadutos, Vicente Dutra, Victor Graeff, Vila Lângaro, Vila Maria, Vista Alegre, Vista Alegre do Prata, Vista Gaúcha, Vitória das Missões, Westfalia.

REGIÃO SUL- Aceguá, Alegrete, Amaral Ferrador, Arambaré, Arroio do Padre, Arroio dos Ratos, Arroio Grande, Bagé, Barão do Triunfo, Barra do Quaraí, Butiá, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeira do Sul, Camaquã, Candiota, Canguçu, Capão do Cipó, Capão do Leão, Cerrito, Cerro Branco, Charqueadas, Chuí, Chuvisca, Cristal, Dilermando de Aguiar, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Encruzilhada do Sul, Formigueiro, Garruchos, Herval, Hulha Negra, Itaara, Itacurubi, Itaqui, Ivorá, Jaguarão, Jaguarí, Jarí, Jóia, Júlio de Castilhos, Lavras do Sul, Maçambará, Manoel Viana, Mata, Minas do Leão, Morro Redondo, Mostardas, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Novo Cabrais, Pantano Grande, Paraíso do Sul, Passo do Sobrado, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinhal Grande, Pinheiro Machado, Piratini, Quaraí, Quevedos, Restinga Seca, Rio Grande, Rio Pardo, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santa Maria, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Santana do Livramento, Santiago, Santo Antônio das Missões, São Borja, São

Francisco de Assis, São Gabriel, São Jerônimo, São José do Norte, São Lourenço do Sul, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Tavares, Toropi, Tupanciretã, Turuçu, Unistalda, Uruguaiana, Vila Nova do Sul

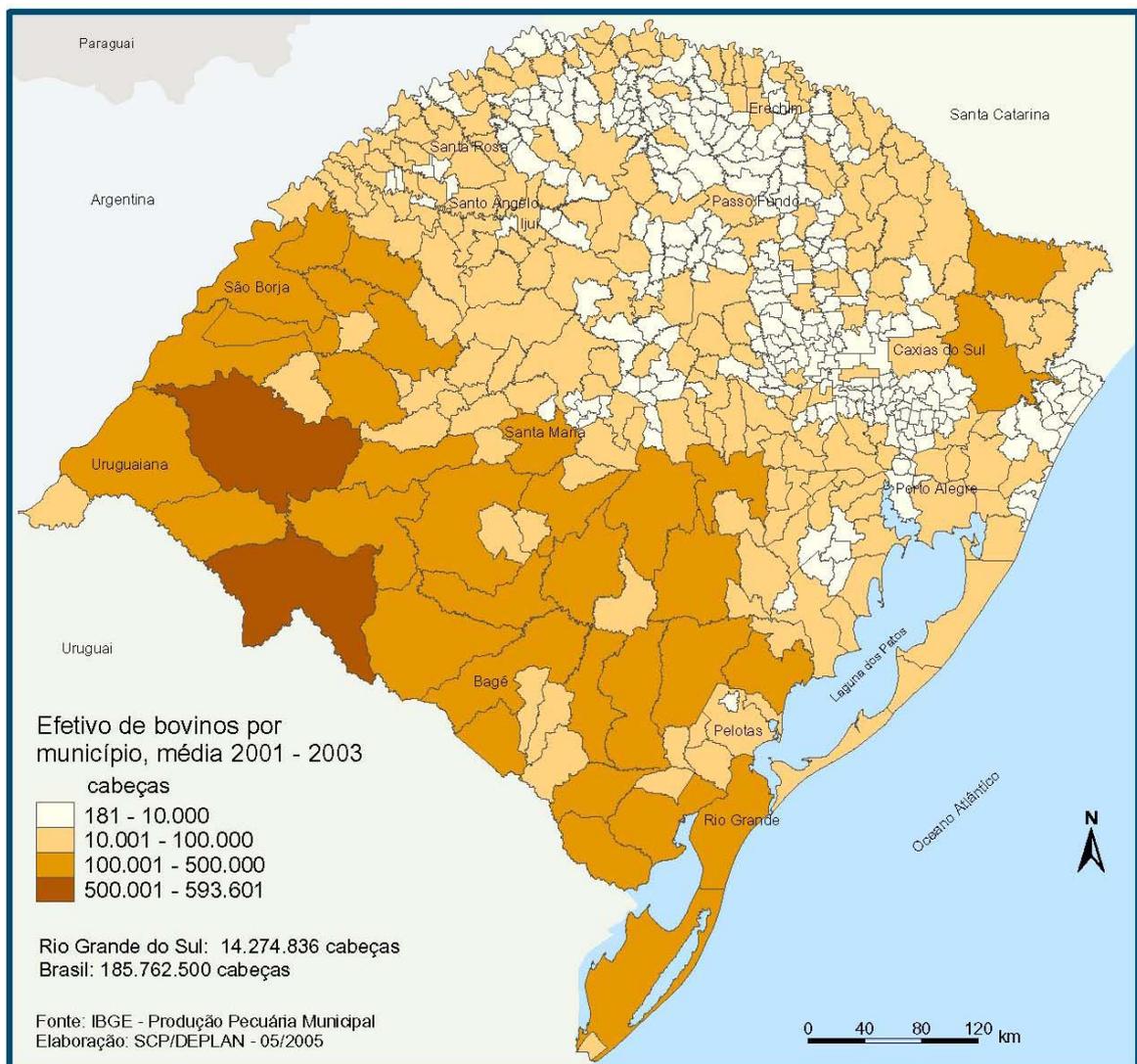
4. TABELA DO TOTAL DOS MUNICÍPIOS NAS REGIÕES DO RS.

Tabela – Número total de municípios das Regiões no Rio Grande do Sul.

Região	1920	1940	1950	1960	1970	1991	2002
Nordeste	16	23	22	36	45	71	105
Norte	20	29	33	74	138	201	300
Sul	35	36	37	40	49	61	92
Total RS	71	88	92	150	232	333	497

Fonte: elaborado pela autora

6. MAPA DO NÚMERO DO EFETIVO MÉDIO DE BOVINOS DOS MUNICÍPIOS DO RS ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2003



7. MAPA DO NÚMERO DO EFETIVO MÉDIO DE AVES DOS MUNICÍPIOS DO RS ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2003

